

O PERSEGUIDOR IMPLACÁVEL DE TRABALHADORES RURAIS



Sérgio Moro não foi apenas um carrasco para o presidente Lula. Ele também foi impiedoso contra agricultores no Paraná. Puniu e prendeu dez trabalhadores antes mesmo do processo criminal

Arte: Olímpio

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 6 de Dezembro de 2021 Nº 39

Cláudio Maierovitch: A pandemia não está controlada

Privatização: a entrega criminoso da Petrobrás

O PT salvou o Brasil: os juro mais baixos da história

Cultura: Os dez novos artistas que você precisa ouvir

EXPOSIÇÃO VIRTUAL
CENTENÁRIO
Paulo Freire

A EXPOSIÇÃO ESTÁ NO AR

ACESSE EM: fpabramo.org.br

25 anos
FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Centro
Sérgio
Buarque
de Holanda
de Documentação e
História Política

PAUTA
BRASIL

**ASSISTA AO
PROGRAMA
PAUTA BRASIL**

SEGUNDAS, QUARTAS
E SEXTAS-FEIRAS
ÀS 17 HORAS

REALIZAÇÃO E
TRANSMISSÃO: FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

TRANSMISSÃO: PT DCM Fórum TV 247

SIGA O CANAL DA REVISTA

YouTube

focus
BRASIL

Revista Focus Brasil
191 inscritos

INSCREVA-SE

NO YOUTUBE

focus BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor-Chefe: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo, Danilo

Molina, Isaías Dalle, Nathalie Nascimento,

Pedro Camarão e Ricardo Stuckert



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Geraldo Magela e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur

Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana,

Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto,

Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro,

Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo,

Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de

Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,

Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,

Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de

Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer),

Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Nilto Ignacio Tatto

(Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

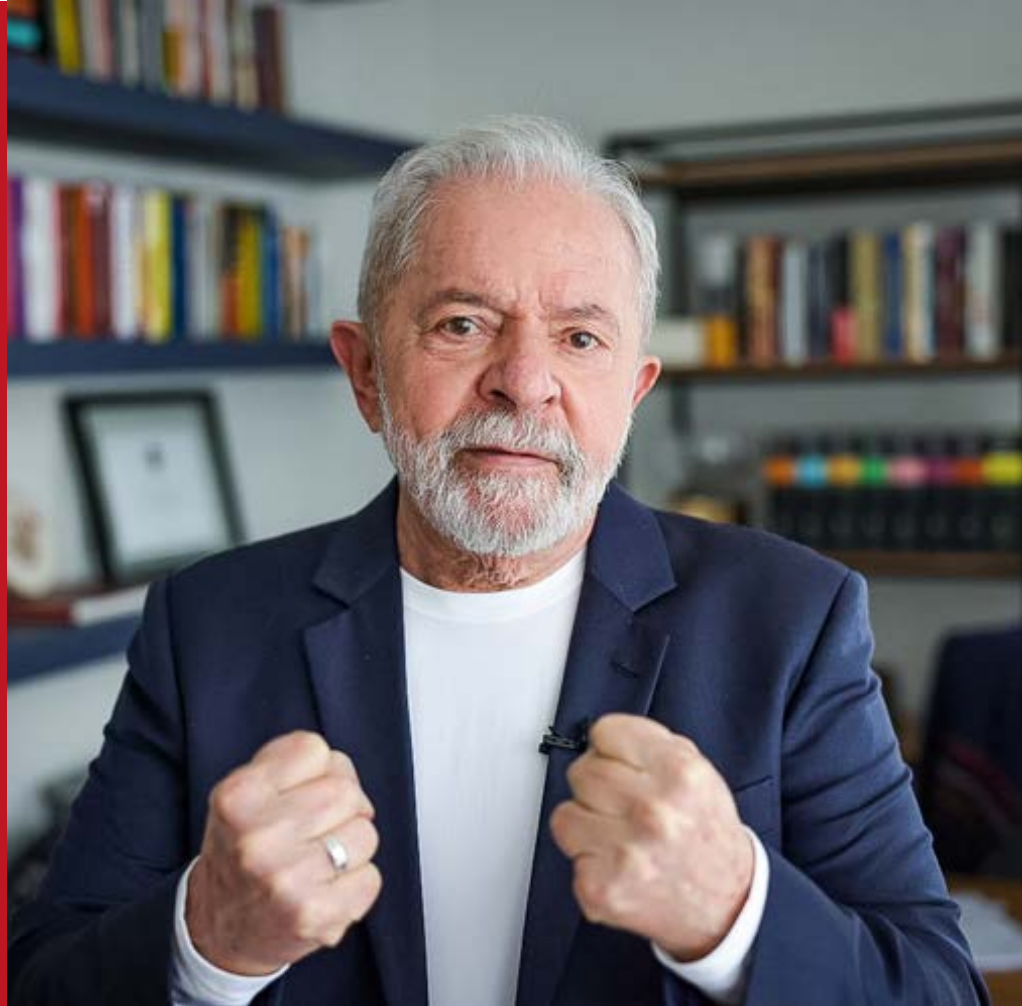
Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

NESTA EDIÇÃO

LULA: PETROBRÁS DEVE ESTAR A SERVIÇO DO POVO BRASILEIRO

Ricardo Stuckert



Ex-presidente sai em defesa da empresa estatal, que está sendo desmontada de maneira criminosa pelo governo Bolsonaro. A entrega do patrimônio público não pode ser permitida

Página 26

EDITORIAL. Outra história de como o ex-juiz Sérgio Moro age contra o povo

Página 4

ENTREVISTA. Cláudio Maierovitch alerta que a pandemia não acabou

Página 6

PERSEGUIÇÃO. A incrível conduta abusiva do ex-juiz a agricultores do Paraná

Página 13

ELEIÇÕES. Bolsonaro enfrenta altos índices de rejeição na sociedade

Página 18

PRECATÓRIOS. Bancada do PT no Senado explica sua posição diante da PEC 23

Página 20

OPINIÃO. Bohn Gass condena a proximidade do governo com garimpeiros

Página 22

OFFSHORES. A conta de Guedes em paraíso fiscal vai para o arquivo da PGR

Página 24

JUSTIÇA. Novo ministro do STF, André Mendonça reforça bancada do governo

Página 25

TRABALHO. Caged mostra que não foram criados empregos formais em 2020

Página 28

FOME. Na cidade mais rica do Brasil, crianças e adultos desmaiam de fome no SUS

Página 29

ECONOMIA. O PT salvou o Brasil com redução da Selic e das despesas com juros

Página 30

INTERNACIONAL. Grupo de Puebla apoia a taxação dos super-ricos e capital

Página 34

CHILE. Gabriel Bodric lidera as pesquisas para a Presidência da República

Página 37

HISTÓRIA. Lula é lançado candidato em 1987 e a URSS chega ao fim

Página 38

MEMÓRIA. O Almirante Negro que ensinou resistiu há 100 anos e fez história

Página 40


CULTURA. Bia Abramo traz vozes de artistas da MPB que você tem de ouvir

Página 42

MÚSICA. 50 anos depois do fim da banda, os Beatles mostram *Get Back*

Página 46

EDITORIAL



**Moro:
mais um
candidato
a serviço
do atraso**

A queda de apoio ao governo Bolsonaro tem alvoroçado aqueles que ainda tentam viabilizar a chamada terceira via, como alternativa à polarização entre Lula e o presidente genocida nas eleições presidenciais de 2022. Os entusiastas da ideia apostam suas fichas na candidatura de Sérgio Moro, o ex-juiz federal e duplê de ministro da Justiça do governo negacionista.

Filiado ao Podemos, com salário mensal de R\$ 22 mil pago pela legenda, como um profissional da política, Moro deixa a condição de paladino da moralidade e para assumir publicamente a condição de agente político a serviço das elites. Entretanto, sem a proteção da toga, o ex-magistrado terá muito o que explicar para o povo, especialmente, sobre sua responsabilidade pela catástrofe econômica e social que assola o país, com mais de 19 milhões de pessoas passando fome e outros 15 milhões desempregados.

Não há como Moro apagar da própria biografia o fato de que, enquanto comandante da Lava Jato, atuou de forma autoritária, parcial e ilegal para condenar o ex-presidente Lula sem provas e impedi-lo de disputar as eleições presidenciais de 2018. A gravidade da atuação de Moro veio a público pela Vaza Jato e foi reconhecida pelo plenário do Supremo Tribunal Federal.

O juiz parcial não só atropelou a legalidade, desrespeitou a democracia e foi um dos responsáveis diretos pela eleição de Bolsonaro, a quem passou a atuar de maneira subserviente como ministro da Justiça, também devastou a economia nacional. Estudo do Dieese aponta que, entre 2014 e 2017, a Lava Jato fez o Brasil perder R\$ 172,2 bilhões em investimentos e des-

truiu 4,4 milhões de empregos, com redução da massa salarial do país em R\$ 85,8 bilhões.

Enquanto isso, os promotores que atuavam na Lava Jato articulavam a criação de uma fundação privada, fomentada com dinheiro proveniente de um acordo entre a Petrobrás e o Departamento de Justiça dos Estados Unidos. A intenção da força-tarefa seria usar R\$ 2,5 bilhões recuperados para atuar politicamente, sabe-se lá a serviço de quais interesses.

Nunca é demais lembrar que após deixar o governo Bolsonaro, Moro se mudou para os Estados Unidos para atuar na Alvarez & Marsal. A empresa funciona como administradora judicial da Odebrecht, empreiteira investigada pela Lava Jato.

Agora, começam a vir à tona outros casos de ações autoritárias e ilegais do ex-magistrado contra os trabalhadores, como denuncia a matéria de capa desta edição. Com o mesmo expediente do uso de conduções coercitivas ilegais e prisões abusivas, Moro perseguiu agricultores familiares e servidores públicos, no Paraná, com a suposição de que cooperativas não entregavam produtos contratados pelo Programa de Aquisição de Alimentos, carro-chefe da agricultura familiar criado pelo governo Lula. Seis anos depois, nenhuma das ações abertas pelo Ministério Público resultou em condenação por falta de provas.

O encanto da mídia corporativa e do mercado financeiro com Sergio Moro reside no fato de ex-ministro de Bolsonaro não ter qualquer compromisso com o povo, com a democracia ou com a soberania do Brasil. No fundo, Moro e Bolsonaro são duas faces de uma mesma moeda: a política a serviço dos conservadores e das forças antipopulares.

O projeto econômico de Sérgio Moro é o mesmo de Bolsonaro. Quer aprofundar a agenda neoliberal que já resultou na tragédia social e econômica do país, com o desmonte do Estado, mais privatizações e ampliação da desigualdade social e da pobreza. Por isso, Moro diz publicamente não ter problema nenhum em privatizar a Petrobrás e defende a reforma administrativa contra os servidores públicos.

Ademais, a experiência do rábula de Maringá como juiz reforça que o projeto político dele é tão autoritário quanto o de Bolsonaro, com o uso das forças do Estado e do arbítrio contra opositores e movimentos populares. Além disso, o ex-ministro e o presidente a quem apoiou, assim como a quase totalidade da terceira via, participaram ativamente do Golpe de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff, que chocou o ovo da serpente da extrema direita no Brasil.

De toda forma, o problema da chamada terceira via é que, além de não ter votos e de ser composta majoritariamente por ex-bolsonaristas, seus candidatos não apresentaram, até o momento, um projeto consistente e inovador de superação da crise. Não têm como apresentar uma proposta que rompa com a lógica neoliberal e que concilie estabilidade, crescimento, justiça social, soberania e projeção internacional. Essa não é a agenda da terceira via.

Enquanto a terceira via patina em busca de votos, Lula segue ampliando o diálogo, construindo alianças e conquistando corações e mentes. É o candidato do povo, com liderança política reconhecida pelo Brasil e por outros chefes de Estado. É Lula quem traz a chama da esperança, liderando todas as pesquisas em todos os cenários. O candidato do povo vencerá as eleições de 2022.



“NÃO SE ENGANEM, A EPIDEMIA NÃO ESTÁ CONTROLADA”

Ex-diretor da Anvisa diz que nova variante da Covid mostra necessidade de cautela. “O Ministério da Saúde continua ausente como liderança, ausente como coordenação e quem se expressa é o presidente da República”, lamenta. “No caso da pandemia, a história se repete como tragédia. A gente ainda não tem elementos para saber se é a mesma história, mas esse clima atual lembra muito o do ano passado”

Pedro Camarão

A situação da epidemia de coronavírus no Brasil não é confortável. Pouco mais de 60% da população brasileira foi completamente imunizada, mas ainda não se sabe o período de duração dos imunizantes. Além disso, como o Estado não oferece outros mecanismo de proteção, a vacina acaba sendo a única esperança para proteger contra o coronavírus.

Esta é a posição o médico sanitário da Fiocruz e ex-diretor da Anvisa, Claudio Maierovitch. A realidade é preocupante porque países que têm taxas de imunização mais avançadas, como Japão (77%), Alemanha (68,6%), Reino Unido (69%) e França (70%), estão

sendo obrigados a retomar medidas de restrição de circulação porque o número de casos da doença vem crescendo.

Maierovitch cita o exemplo da Alemanha que precisou enviar pacientes para a Itália, o que demonstra também o aumento do número de casos graves da doença. O quadro nesses países é preocupante porque há um temor de que volte a ocorrer o que houve no final de 2020, quando a situação no Brasil estava um pouco melhor e as festas de fim de ano acabaram provocando uma disseminação de variantes do coronavírus, o que levou a um aumento vertiginoso no número de mortes.

Por isso, Maierovitch prega cautela e pede que a obrigatoriedade

do uso de máscaras e a restrição para a realização de grandes eventos se mantenha por mais algum tempo. Ele alerta que a medida é necessária, principalmente quando surge nova variante sobre a qual existem poucas informações.

Apesar de pesquisas mostrarem que é alto o índice de brasileiros que têm a intenção de se vacinar, Maierovitch afirma que o negacionismo nunca foi tão grande no país e o atual presidente da República é um instrumento fundamental neste avanço, não apenas propagando questionamentos sobre a eficácia dos imunizantes, mas também colocando fim às campanhas de informação do governo. Eis os principais trechos da entrevista à [Focus Brasil](#).

Focus Brasil – A taxa de pessoas imunizadas no Brasil, atualmente, é boa quando comparada ao resto do mundo, embora ainda não se tenha chegado a um patamar suficiente para controlar a situação. Existe um número exato de porcentagem da população imunizada que possa trazer tranquilidade ao país?

Cláudio Maierovitch – Estamos falando de algumas coisas que compõem o que se espera com a vacinação. A primeira é a proteção do indivíduo. As pessoas vacinadas individualmente têm uma chance menor de se infectarem, adoecerem e, especialmente, morrerem da infecção. A segunda coisa, pensando coletivamente é que, tendo mais gente vacinada, espera-se que diminua a circulação do vírus e também o impacto da doença sobre a sociedade e sobre o sistema de saúde. Além disso, espera-se que as medidas de restrição econômica possam ser amenizadas e que não haja tanto temor diante da superlotação de hospitais e UTIs. A terceira coisa é pensar em controle da epidemia de fato, que ela entre numa curva descendente tendendo a ser superada. Para isso, a gente precisa de uma cobertura vacinal muito grande e não sabemos bem qual é. Desde o início da pandemia foram feitos vários tipos de projeções. Lá atrás, falava-se em 60%, ou 70%. Teve gente que fez modelos diferentes e falava até em 20% a 40%. E o que nós estamos vendo ao longo desse tempo é que, provavelmente, vamos precisar de uma cobertura realmente muito alta para ter um impacto no rumo da epidemia.

Precisamos levar em conta que, pelo menos por enquanto, as crianças não podem ser vaci-

nadas. Isso significa que a gente deva ter aproximadamente 30 a 40 milhões de pessoas no Brasil que continuarão sem vacina. E, portanto, podem manter o vírus circulando. A vacina não elimina a circulação do vírus ou a possibilidade de transmissão, mas provoca uma diminuição. Então, vamos ter que atingir essa proporção grande de população só vacinando adultos e adolescentes. Para chegar

NO BRASIL, A VACINAÇÃO É A ÚNICA AÇÃO PARA REDUZIR O IMPACTO DA EPIDEMIA. OUTRAS MEDIDAS FORAM SABOTADAS PELO GOVERNO FEDERAL

numa situação mais confortável, vamos ter que vacinar quase que a totalidade de adultos e adolescentes. Algo como 90% dessas parcelas da população.

Quando comparamos a proporção de pessoas vacinadas no Brasil com outros países, estamos numa situação relativamente confortável. Já estamos um pouco melhor do que os EUA, atrás da maior parte dos países europeus, mesmo daqueles que vacinaram menos, e atrás de uma parte dos países

do Oriente Médio. Mas não é uma situação ruim. Embora, ainda seja insuficiente para o que a gente precisa, especialmente sabendo que, no Brasil, a vacinação é praticamente a única ação para reduzir o impacto da epidemia. Tudo o que era previsto num cardápio mais amplo de atividades foi descartado ou sabotado pelo governo federal. Acho que ainda temos a possibilidade de segurar um pouco mais o uso de máscaras, por exemplo. Assim como as restrições aos grandes eventos. Agora, estamos vendo toda uma polêmica sobre as festas de fim de ano e sobre o período de férias até o carnaval...

– Essa é uma questão que vai além do governo federal. Governadores, como o de São Paulo, e prefeitos de diferentes cidades estão querendo retirar medidas de restrição.

– Exatamente. Talvez a emergência desta nova variante, a Ômicron, sirva também para acender algumas luzes de alerta para governadores e prefeitos. O governo federal também já tem expressado essa vontade de retirar restrições. É, na verdade, o presidente da República. Não dá pra gente levar em conta as opiniões dos subalternos porque acabam não se concretizando.

– A opinião do ministro da Saúde não é levada em conta.

– A gente viu ao longo dessa crise que uma condição sine qua non para o ministro da Saúde continuar no cargo é que ele se curve a todas as determinações do presidente da República. O Ministério da Saúde continua ausente como liderança, ausente como coordenação e quem se expressa é o presidente. Ele fala que não é preciso

usar máscara, que as pessoas devem levar a vida normalmente, “tocar” a economia... Ele fez algum comentário sobre o carnaval, mas me parece que foi mais pensando em atrair votos de religiosos do que pensando em precaução. E isso pesa muito. Mesmo que governadores tenham iniciativa própria, a população escuta quem está se colocando e, por mais que nós não gostemos disso, o presidente ainda tem muitos seguidores. Então, o conjunto de coisas que poderia ser feito para melhorar a segurança das pessoas e para reduzir a pressão de transmissão, está sendo feito de maneira irregular e pode piorar. A tendência é o relaxamento e a abertura. Por isso, as vacinas acabam sendo um instrumento ainda mais importante porque nelas estão depositadas nossas esperanças de superação da crise.

– Se aparecer uma nova variante que tenha alto poder de transmissão e que seja mais resistente diante das vacinas, não contamos com ações do governo para impedir que se dissemine.

– Exatamente. Olhando para essa variante Ômicron, a gente ainda tem muitas incertezas. É nossa obrigação pensar no pior cenário e nesse caso podem ocorrer três coisas ruins – poderiam acontecer até mais. Uma é que a variante não seja contida pelas vacinas que estão em uso ou ainda que haja alguma limitação do poder das vacinas para prevenção. A gente deve se preocupar com isso porque alguns dos casos identificados foram de infecção em pessoas vacinadas. A segunda é que ela seja mais transmissível. Ou seja, o vírus pode se multiplicar numa velocidade

maior, infectando mais pessoas e gerando uma expansão mais rápida. Aparentemente, isso tem uma grande chance de acontecer também porque – por enquanto só se observou isso em curvas feitas nos casos identificados na África do Sul – nas regiões onde houve a identificação desses casos poderia ocorrer uma subida muito rápida do número de pessoas com infecção. Isso leva a crer que o

GENTE TEM ESPERANÇA EM DOIS PONTOS: QUE A VACINA PREVINA E QUE A DOENÇA NÃO SEJA MAIS GRAVE, ESPECIALMENTE, EM PESSOAS VACINADAS

vírus possa se espalhar numa velocidade ainda maior do que essas duas últimas linhagens que se espalharam, a Delta e a Gama, e causaram uma piora na tragédia. A terceira coisa é o efeito do vírus sobre a pessoa. Será que o comportamento da doença muda quando esta variante entra? Isso a gente ainda não sabe. Existem alguns indícios de que não, a doença não é pior, que pode até ser um pouco mais branda. Mas isso ainda é uma interrogação.

Se essas três coisas se confirmarem, iríamos viver novamente o que passamos nos meses de março e abril. Uma situação que ninguém gostaria de assistir de novo. Mas a gente tem esperança em dois pontos, principalmente: que a vacina previna e que a doença não seja mais grave, especialmente, em pessoas vacinadas.

– Sobre a chegada do final do ano, em 2020 tivemos aglomerações e depois uma tragédia no país. E agora que a situação parece estar um pouco melhor, qual é a orientação?

– Ao contrário dos eventos da política e da sociedade, no caso da pandemia a história se repete e se repete como tragédia. A gente ainda não tem elementos para saber se é a mesma história, mas esse clima atual lembra muito o do ano passado. O comportamento da doença foi piorando ao longo do primeiro semestre, depois melhorou razoavelmente na metade do segundo semestre do ano passado. Tem um certo paralelo com este ano. Da mesma forma, aquilo que aconteceu de ter curvas de ocorrência da doença na Europa e na América do Norte que depois se reproduziram aqui com semanas ou dois, três meses de defasagem, pode acontecer novamente. A gente não sabe. E aquilo o que aconteceu quando a situação melhorou, que tudo foi empurrado para a normalidade, também está se repetindo. Então, a gente fica numa posição de “profeta do apocalipse” que embora seja indesejável, é uma posição obrigatória para quem trabalha em controle de doenças. Precisamos pensar no que de pior pode acontecer, mas não são situações que exigem um grande

esforço de imaginação.

Não vamos precisar reproduzir exatamente o que aconteceu no ano passado em que a recomendação era para que as pessoas só convivessem com quem vive na mesma casa. Ainda que quiséssemos fazer isso, não seria viável. Mas não é desejável que as pessoas participem de grandes festas. Acho que uma coisa é juntar a família mais próxima para as comemorações, com todos vacinados e sem ser efusivo demais. E é importante que ao estar em locais públicos, como o transporte, utilizar uma máscara de qualidade que ofereça uma proteção razoável. Não pode é festa em recinto fechado e as pessoas sem máscara, bebendo, cantando e rindo.

– Aqui no Brasil e em outros países estão sendo aplicadas as doses de reforço das vacinas. Essa deveria ser a prioridade ou as vacinas excedentes deveriam estar sendo enviadas a países que sofrem com escassez?

– Essa resposta não é simples. Claro, vale a máxima que tem sido repetida pelo diretor-geral da Organização Mundial da Saúde, pela diretora da Unesco, entre outras personalidades, de que enquanto todos não estiverem protegidos, ninguém estará protegido. Essa é uma boa frase e ela não poderia ser mais verdadeira. E aí há uma série de motivos para que o acesso dos países pobres esteja restrito. Tais motivos não começam com a extensão da indicação da vacina, mas com as reservas de vacinas feitas pelos países ricos que têm estoques grandes de imunizantes. Mas vamos seguir e comparar, primeiro, pensando em escala mundial. É verdade, deveria ser prioridade fornecer vacina aos segmentos mais vul-

neráveis e expostos da população no mundo inteiro do que concentrar uma vacinação nos países ricos. No entanto, tem que pesar algumas outras coisas. Vamos supor que nós tivéssemos uma estrutura de planejamento centralizada no mundo para definir as prioridades. Certamente haveria como prioridade vacinar os profissionais de saúde no mundo todo, os idosos, o que já seria um desafio

OS EUA CONTINUAM SENDO O PAÍS COM O MAIOR NÚMERO DE MORTES E DE CASOS. E O BRASIL É O SEGUNDO EM MORTES E O TERCEIRO EM CASOS

enorme, mas não tão grande porque os países mais pobres têm a população mais jovem. E teríamos que começar a pesar diferentes variáveis. Uma delas, certamente, seria como está a taxa de infecção em cada país e como está a mortalidade por Covid em cada nação.

Isso subverteria um pouco a ideia geral de que é preciso democratizar e distribuir com igualdade a vacina. É preciso considerar que hoje os EUA continuam sendo o país com

o maior número de casos e o maior número de mortes. Eles continuam com mais de mil mortes por dia. O Brasil é o segundo país no número total de mortes e o terceiro em número de casos acumulados. Depois, vem a Índia como segundo em número de casos e terceiro em número de mortes. Seria necessário um esforço para saber qual indicador escolher, se pelo histórico ou pela situação atual.

A Alemanha chegou em número muito alto para eles, 400 e poucas mortes em apenas um dia, algo que não tinha sido alcançado desde fevereiro. Na Rússia, o número de casos está subindo. Olhando para a África, a situação ainda não é tão crítica. Vários países africanos estão com uma incidência no número de mortes...

Claro, existe subnotificação, existem problemas com dados, mas trata-se de algo que é um centésimo do que está acontecendo no Brasil. Não é para confiar nesses dados, mas é para tê-los como referência. Se pensarmos a África mais ao Sul do deserto do Saara, não tem hospitais, não tem estrutura de atendimento, de informação, nem de vacinação ágil. O espalhamento da doença nesses países significará uma catástrofe ainda maior. Então, é muito difícil ter um critério único.

Em síntese, acho que deveria ser prioridade oferecer vacinas para os segmentos do mundo inteiro antes de começar com reforço e vacinação de adolescentes. Mas não é um absurdo fazer reforço e fazer vacinação de adolescentes. Os países que estão fazendo isso estão realmente sofrendo consequências graves da pandemia.

– Na Europa, países como Alemanha, Holanda e alguns

outros que têm taxas de imunização altas estão sofrendo um repique da epidemia. Por qual motivo isso ocorre? É decorrente, simplesmente, da retiradas das restrições?

– Eu não sei dizer. Uma razão, sem dúvida, ficou demonstrado em vários artigos que as medidas de lockdown funcionam. As medidas de restrição de circulação funcionam. Elas funcionaram na Europa quando ainda não tinha vacina. Aquela primeira catástrofe europeia que aconteceu na Itália foi contida com lockdown, embora tenha demorado a acontecer. A Alemanha conseguiu segurar com lockdown. Assim como vários outros países. As pessoas passaram a ter um comportamento mais descuidado, digamos assim. Abandonaram as restrições e, com isso, naturalmente, todo mundo tem mais contato próximo com outras pessoas. E isso facilita muito a transmissão. Uma outra possibilidade que tem se aventado é que, já tendo passado um período de 6 a 8 meses do início da vacinação, já esteja acontecendo uma perda de imunidade. Isso traz novamente a questão da dose de reforço. Só existem estudos consistentes sobre a necessidade da dose de reforço para pessoas acima dos 65 anos de idade e aquelas que têm problemas imunológicos. Mas, provavelmente, isso se aplica a uma parcela importante da população. É possível que a gente esteja também fazendo reforço em pessoas que talvez tivessem uma chance muito pequena de desenvolver a forma grave da doença porque tomaram a vacina antes, mas a gente não sabe.

Sabemos que o número de mortes não subiu na mesma proporção que o número de

casos, mas também subiu. A Alemanha esses dias exportou pessoas para serem internadas na Itália, coisa que não tinha acontecido até agora. O movimento tinha sido o inverso. Isso significa que os casos graves também estão subindo, mas talvez seja em pessoas não vacinadas. Esse é um problema dessa situação que a gente tem, de uma cobertura vacinal que ainda não é grande coisa ao mesmo tempo em que a imunidade

TEMOS UM PROGRAMA DE IMUNIZAÇÕES QUE VAI COMPLETAR 50 ANOS. ELE FOI INICIADO ATÉ ANTES DO SUS. E O MUNDO INTEIRO TEM INVEJA

pode estar caindo nas pessoas que já se vacinaram. O efeito disso é que o vírus volta a circular mais, aumenta o número de casos de forma geral e entre aquelas pessoas que não receberam a vacina aumenta também o número de casos graves e de mortes.

– Existe uma questão que vem ganhando força ao redor do mundo que é do negacionismo e dos movimentos anti-vacina. Isso existe na Alemanha, nos EUA e em outros países.

Por outro lado, no Brasil, existe uma taxa muito alta na população com intenção de se vacinar. Parece que o SUS está vencendo o negacionismo. Seria resultado da cultura de saúde pública existente no Brasil?

– Temos um programa de imunizações que vai completar 50 anos. Ele foi iniciado até antes do SUS. É um programa que o mundo inteiro tem inveja, de verdade. Não é figura de retórica. É o maior programa público de imunizações do mundo. Claro, tem países que oferecem algumas vacinas que não são oferecidas aqui. Mas não para essa quantidade de gente. Tem países mais populosos, mas nesses locais o sistema de saúde não alcança e não tem a integralidade que tem o SUS.

Eu acho que o Sistema Único de Saúde foi a nossa grande balsa de salvação em relação a essa tragédia que vivemos. O programa de imunizações, além de interferir na cultura, também é reflexo disso. Sempre tivemos uma população receptiva a vacinas. Isso se expressa num programa de imunizações que tem uma boa implantação. Agora, temos uma série de coisas preocupantes ocorrendo e vou apontar duas aqui que considero importantes.

Uma é que nós nunca tivemos tanto negacionismo no Brasil como temos agora. Isso é preocupante porque embora esse patrimônio seja muito importante, o movimento negacionista vem crescendo. Isso acontece de forma diferente do que ocorre em outros países – e voltarei a isso em seguida.

A outra coisa importante é que este governo abandonou, deixou completamente de lado as campanhas de informação. Essa é uma dificuldade que a

gente tem vivido. O nível de desinformação é muito grande. As pessoas vão atrás de vacina, justamente, porque têm essa cultura. Mas quando ouvem alguma coisa diferente – “Olha, o tio do vizinho do meu cunhado ficou de cama por causa da vacina” e a reação é “opa, já não sei se vou tomar vacina”. E o presidente falou que a vacina não é segura, que ela está sendo testada...

– Conheço o caso de uma pessoa que quase não se vacinou porque foi adicionada em um grupo de mensagens do Telegram no qual só se falava mentiras sobre os riscos de se tomar a vacina.

– Isso é importante. Para que se tenha uma ideia, dentro da Fiocruz temos tido que conversar pessoalmente com pessoas e até pressionar realmente, porque tem gente que não quer se vacinar. Encerramos agora um grande curso de especialização e tinha gente, profissional da saúde, dedicado à saúde pública, resistindo à vacina. Então, isso vai longe. É uma coisa que está sendo muito impressionante porque não existia no Brasil ou existia de forma muito localizada. Havia os casos de desinformação absoluta em que a pessoa não sabia nem que existia vacina ou algo muito localizado, ligado à homeopatia, à antroposofia, a algumas linhas de pensamento – que eu não vou qualificar –, mas que não veem com bons olhos as vacinas. Mas isso é uma coisa mínima, de classe média alta alternativa ali de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Era uma coisa totalmente secundária. Mas isso agora está sendo difundido. E não temos o que sempre aconteceu nas campanhas de vacinação que é ter a televisão explicando e chamando as pessoas. Quem vai tomar a vacina hoje, a não

ser que esteja muito claro que é alguém dos chamados grupos de risco, fica em dúvida se pode tomar o imunizante. Vemos muitos casos de pessoas falando mal de uma determinada vacina ou outra e saindo em busca da marca da vacina que consideram a melhor. Além disso, acontece de a pessoa chegar no posto de vacinação e não ser o dia dela porque ali está ocorrendo aplicação de dose de reforço em idosos e não há disponibilidade para aplicação de primeira dose.

A JUSTIÇA JÁ DEVERIA TER APONTADO A RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA PELA TRAGÉDIA QUE O BRASIL VIVE NESTA PANDEMIA

Essa pessoa já perdeu o dia de trabalho, não conseguiu se vacinar e pode acabar ficando mais resistente à ideia de ser vacinada. Supondo que consiga se vacinar, em geral não tem recebido grande orientação porque os postos estão sobrecarregados. Não foi feito qualquer material instrutivo e nem houve reforço das equipes – muitos locais estão trabalhando com voluntários, principalmente, com estudantes de Medicina. A pessoa que se va-

cinou sai do posto com um papézinho que tem uma data, pode ser que guarde, mas tem uma chance enorme de esquecer de tomar a segunda dose. Isso parece uma coisa secundária, parece que não faz diferença se o Zé Gotinha aparece ou não na TV. Mas faz uma diferença enorme para orientar as pessoas quanto ao que elas devem fazer, onde, como e quando. A população está abandonada nesse aspecto.

– Na sua opinião, a Justiça deve responsabilizar Bolsonaro pela tragédia que o Brasil vive na pandemia?

– Já deveria ter feito isso. Infelizmente, temos um procurador-geral da República indicado por este presidente, possivelmente, com uma tarefa de ser brando ou de protegê-lo, como parece acontecer. A CPI, na minha opinião, além do que levantou e do que pode ter consequências formais, já teve repercussão importante obrigando o governo a agir. A situação de passividade estava tão escandalosa que não era possível alguém chegar na CPI e dizer que “ah, isso é assim mesmo”.

Os representantes do governo foram lá se desculpendo dizendo que antes não tinha determinada coisa, mas que “agora tem e vai ter mais ainda”. Não tivesse aquele palco, talvez não acontecesse, talvez não tivessem sido adquiridas as doses adicionais de vacinas que foram, talvez não tivesse havido mobilização para isso. Mas a CPI, até o momento pelo menos, não conseguiu resultar nas punições que deveria. O Ministério Público poderia ter acelerado esse processo de forma importante. Espero que ainda aconteça porque essa não é a última tragédia que a gente vai viver e nós ainda não estamos perto do fim dela. •



MAIS UMA HISTÓRIA DE INJUSTIÇA E PERSEGUIÇÃO

Como juiz federal, antes de comandar a Lava Jato e destruir a engenharia nacional, trazendo prejuízos bilionários ao Brasil, Sérgio Moro já mostrava sua atuação política e profundamente antipopular ao liderar uma operação judicial que perseguiu implacavelmente agricultores familiares e servidores públicos

O sol mal havia dado as caras quando dona Marli ouviu ruídos na porta de sua casa, antes de a campanha tocar. Viaturas da Polícia Federal, vistas pela fresta da janela, deram a entender que aquele 24 de setembro, em 2013, não seria um dia normal de trabalho. A agricultora familiar, que se preparava para mais uma jornada de cuidados com a plantação de arroz e produção de leite, foi obrigada a receber em sua casa federais fortemente armados, que passaram a vasculhar gavetas e armários. Dona Marli saíria de sua casa, uma das residências que compõem o assentamento Pontal do Tigre, em Querência do Norte, Paraná, direto para a prisão. Apesar de os policiais não terem encontrado nada que a incriminasse.

Ela não conseguia entender o que estava acontecendo. E não poderia mesmo. Aquela truculência era a face pública e midiática de uma operação que estava correndo, havia dois anos, sob segredo de justiça. Nem ela nem os demais 10 indiciados naquele dia haviam sido informados sobre as acusações que pesavam contra si: formação de quadrilha e desvio de dinheiro público. Acusações que seriam arquivadas tempos depois por absoluta falta de provas.

O episódio deixou marcas difíceis de apagar. Além de dona Marli, outras oito pessoas, entre agricultores familiares e funcionários da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), todas

PRESA INJUSTAMENTE

Dona Marli (à direita), com as filhas Luisa e Luana, ficou detida por 39 dias e nunca chegou a prestar depoimento à Polícia Federal



Agência Brasil

trabalhadoras, foram vítimas de prisões coercitivas determinadas pelo então juiz federal Sérgio Moro. E a merenda das crianças de escolas públicas do estado do Paraná, assim como as refeições que eram servidas em entidades como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) e creches foram interrompidas durante parte da investigação. E nunca mais foram as mesmas em quantidade e variedade. Até 2012, a Conab e a agricultura familiar forneciam alimentos a 220 cidades no Paraná. Hoje, o número caiu para 15 municípios.

O assentamento em que vive e trabalha dona Marli e sua família, assim como outros daquela região no noroeste do Paraná, que

serviam alimentos orgânicos para programas sociais, ficaram impedidos de continuar fornecendo sua produção. Depois do fim das investigações, em 2019, o Brasil já se encontrava sob o governo Bolsonaro, e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi seriamente enfraquecido.

Era por intermédio do PAA, criado em 2003 pelo governo Lula, que prefeituras e governos estaduais passaram a adquirir pelo menos 30% da comida que serviam em seus programas diretamente da agricultura familiar. Livre de agrotóxicos e orgânica. Por sua vez, com parte de sua produção tendo destino certo, mais apoio técnico e facilidade de acesso a financiamento por in-

Arquivo pessoal





Polícia Federal

termédio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), as famílias do campo, organizadas em cooperativas, conseguem plantar, colher e comercializar com previsibilidade e escala econômicas, experimentando melhora de vida.

O gênio do mal por trás de toda essa injustiça foi Sérgio Moro. Ele havia dado a ordem para as prisões coercitivas e batizou o inquérito de Operação Agro Fantasma. Hoje candidato a Presidência da República, Moro costuma dizer que só prende gente poderosa e sempre com provas. Duas mentiras. Sobre a existência de provas contundentes, já se sabe a falsidade de seus métodos no episódio da prisão e condenação ilegal do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No caso dos agricultores familiares do Paraná também há fortes evidências de perseguição e prisão abusiva. Foi a própria pupila de Sérgio Moro, a juíza Gabriela Hardt, quem proferiu sentença absolvendo os acusados, por absoluta falta de irregularidades. Substituta de Moro, que deixou a Operação Agrofantasma para assumir outra ficção jurídica, a Operação Lava Jato, Hardt foi obrigada a reconhecer que o inquérito conduzido pelo juiz federal era furado e cheio de inconsistências.

No caso da Operação Agrofantasma, os perseguidos são todos trabalhadores. Dona Marli, junto com o marido Jaime, costumava obter renda familiar de R\$ 6 mil reais por mês em 2013. Sua vida era dura, como continua sendo. Uma de suas tarefas, que desempenha com muito gosto, é de processar o leite produzido graças a um pequeno rebanho livre de alimentos com agrotóxico, e dele fazer a alegria de muitas crianças, com bebidas achocolatadas e iogurtes.

O INQUÉRITO E AS PRISÕES COERCITIVAS SE BASEARAM NA SUPOSIÇÃO DE QUE AS COOPERATIVAS CADASTRADAS NÃO ENTREGAVAM OS PRODUTOS

OPERAÇÃO AGRO FANTASMA

O então juiz federal Sérgio Moro determinou a prisão de trabalhadores rurais e funcionários da Conab preventivamente, sem sequer tomar os depoimentos dos suspeitos de desvios

O inquérito e as prisões coercitivas se basearam na suposição de que as cooperativas de agricultura familiar da região, cadastradas no PAA, não entregavam os produtos previstos e, em suposto conluio com funcionários da Conab, que cuidava da distribuição, usavam o dinheiro que sobrava para benefício próprio. Não há, nas peças acusatórias, menção a somas encontradas em contas bancárias ou em espécie. Uma das linhas de apuração, presente em trechos de interrogatórios transcritos pelo Ministério Público Federal, e acolhidos pelo então juiz Sérgio Moro, é de que um determinado produto previsto para entrega era substituído por outros.

“Essa substituição acontecia. Muitas vezes, em lugar de alface era entregue couve, por exemplo”, explica o advogado Diorlei dos Santos, contratado pelas cooperativas para a defesa dos acusados. “A colheita de um produto apresentava problema, por causa de questões climáticas, e as cooperativas entregavam outro semelhante, na mesma quantidade e valor, para evitar desabastecimento ou que os produtos colhidos estragassem”, diz Santos, que hoje é procurador no Paraná.

Nos documentos do inquérito, há outras “evidências” colhidas pelos investigadores. Numa das pas-

FALTARAM AS PROVAS

Substituta de Moro, a juíza Gabriela Hardt absolveu todos os acusados pela Operação Agro Fantasma por falta de provas nos autos do processo aberto pelo MPF



Reprodução/TV Globo

sagens, os inquiridores acusam uma Apae e associações de pais e mestres de escolas da região de não possuírem balanças para checagem da quantidade de alimentos. Noutra, uma funcionária de escola, encarregada de receber os produtos, diz não lembrar qual a quantidade exata de ovos recebidos dois anos antes da audiência em que foi interrogada. Segundo o juiz Sérgio Moro e seus auxiliares, estariam nesses detalhes as provas de atuação fraudulenta da “quadrilha”.

Dona Marli se recorda dos tempos em que o PAA passou a fazer parte da vida dela e de outros agricultores. “Eu sempre lembro quando no primeiro programa, e isso eu fico toda arrepiada quando eu falo, lá em 2004, e aí a gente já empacotava o leite e fazia o iogurtezinho de forma artesanal... A gente não tinha maquinário ainda, e eu era empacotadora de leite. E eu fui levar minha menina no prézinho, ela estava com 3 aninhos, e eu cheguei lá, e as crianças, que saem de casa às 5 da manhã, o pessoal que sai das ilhas, desceram do ônibus correndo e ficaram todas enfileiradinhas perto do panelão. Eu fui lá ver. Era o chocolate com leite”, conta ela, em entrevista à **Focus Brasil**. “Era o leite que a gente fornecia pra escola”, diz Marli, revivendo a grata surpresa que

sentiu naquele instante. “Imagina, uma criança com 3 anos de idade, que sai de uma ilha, e pega o barco, vem pra cidade, e chega às 7 e meia na escola e tem um copo de leite pra tomar. Então tu imagina a maravilha que é isso. Ali eu pensei: a gente vai fazer isso chegar em todas as escolas da região”.

Hoje, 17 anos depois daquela primeira entrega, a Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Ltda. (Coana), que congrega os agricultores do Assentamen-

**“FUI PRESA PORQUE
DISSERAM QUE EU
ERA UMA AMEAÇA
À ORDEM PÚBLICA”,
DESABAFÁ DONA
MARLI, DETIDA
DURANTE 39 DIAS
SEM SEQUER TER
SIDO OUVIDA**

to Pontal do Tigre, tem estrutura de agroindústria e produz, entre outros alimentos, o arroz e o leite da marca própria Campo Vivo. Faz também ginseng exportado para países da Europa.

A filha de dona Marli, Luiza, tem 20 anos, e trabalha lá. Ela pensa em cursar Psicologia. A irmã mais velha, Luana, 24 anos, é advogada formada na Universidade Federal do Paraná, com o apoio dos programas educacionais do MST. O mais velho, Luan, 31 anos, é engenheiro agrônomo. A família é outra faceta de um caso bem-sucedido de reforma agrária. Todos permanecem no campo, inclusive os jovens, em virtude das oportunidades de vida.

Essa saga familiar ligada à reforma agrária teve início em 1985, quando Marli, ainda adolescente, chegou pela primeira vez a um acampamento do MST, também no Paraná. “Foram mais de 10 anos embaixo de barraca de lona”, recorda. “Uma luta sofrida que nós temos, passando fome, passando miséria. A gente passou coisas que, quando eu começo a contar, nem acredito. Tudo o que a gente faz, e o que a gente fez, é pensando na melhora de vida. E não só pra gente, mas uma melhora de vida pra sociedade. Aí chega um bando de policial, com uma acusação, procurando carro de R\$ 80

mil, dinheiro, escritura de terra... E ainda chega no final e diz: 'pra senhora tem uma preventiva'. Fui presa porque disseram que eu era uma ameaça à ordem pública", relata, com amargura.

Foram 39 dias em que Marli ficou presa, até que a defesa conseguiu a soltura. No segundo dia, na carceragem em Maringá, eclodiu uma rebelião. Ela e outras quatro presas passaram a rebelião refugiadas em um espaço de dois metros quadrados, sem janelas.

Valmor Bordin era gerente de operações da Conab do Paraná quando foi preso coercitivamente pela Operação Agrofantasma. Em seis dias de detenção, o vegetariano ingeriu uma comida na cadeia que o levou ao hospital e a uma cirurgia no intestino, por causa de infecção. Ao todo, enfrentou 13 acusações, incluindo inquéritos administrativos abertos pela Conab. Foi inocentado em todas, após anos de batalha. Trabalhava há mais de três décadas na empresa estatal. Pelo salário em vigor na Conab em 2013, um gerente de área recebia R\$ 9 mil.

Numa das peças de acusação, a Procuradoria da República no Paraná interpreta frases de uma testemunha como evidência de crime. Acolhida por Moro, a acusação denota o caráter político da investigação: "Valmor tem muito poder político dentro da Conab e há uns 7 anos exerce a Gerência de Operações no Paraná. Valmor seleciona todos os servidores que podem ir a campo fiscalizar os projetos do PAA pessoalmente (...) e que não sabe por que motivo Valmor faz esse tipo de coisa, só sabe que **Valmor é do PT e tem força política**".

A peça toda é repleta de erros gramaticais e não traz uma única informação sobre valores em dinheiro, seja em espécie ou depósitos bancários, que justifique a acusação de desvio de dinheiro imputada a Valmor e ao restante

da "quadrilha". Mesmo assim, e ainda após sua internação hospitalar, um novo pedido de prisão foi expedido. Só não foi a cabo devido aos reais problemas de saúde do então gerente da Conab. Valmor foi reintegrado à empresa, mas perdeu o cargo e a gratificação correspondente.

"Totalmente desnecessário, descabido", diz o servidor sobre as prisões coercitivas e o processo todo. "Mantive contato com a Polícia Federal e o Ministério Público, insisti para ser ouvido, nunca concordaram em colher meu depoimento antes da prisão". Valmor manteve rápido diálogo com a Focus, por meio de um aplicativo de mensagens que considera seguro, e não quis gravar entrevista. Ele fez questão de destacar que a Controladoria Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU) também concluíram que não houve irregularidades nos contratos firmados entre a Conab, as cooperativas e as entidades beneficentes e escolas que consumiam os alimentos produzidos.

"A maioria das testemunhas de acusação arroladas foi de agentes da Polícia Federal, que já tinham convicção formada", destaca o advogado Diorlei dos Santos. "Esse é o tipo de inquérito que é altamente injusto com os possíveis réus, porque se é um inquérito policial em que se exerce o contraditório, se os investigados são ouvidos, não havia como virar ação penal. Por isso, quando você quer usar o sistema para perseguir alguém, você pode usar o inquérito em sigilo. O acusado não pode se defender", critica.

Para Diorlei, que compartilha a mesma opinião de Valmor, Moro e seus auxiliares na operação miravam, no fundo, o bem-sucedido PAA criado pelo governo Lula. O caso revela, uma vez mais, o hoje candidato do Podemos como manipulador das leis e dono de uma índole persecutória. •

FALTARAM AS PROVAS DOS SUPOSTOS CRIMES

Seis anos após Sérgio Moro autorizar a prisão de agricultores sem que eles jamais tenham sido chamados a se explicar e prestar depoimentos à Polícia Federal, as oito ações penais abertas pelo MPF não resultaram em nenhuma condenação. Na visão do Judiciário, não houve crime.

Ao dar chance ao contraditório - como manda o Estado Democrático de Direito e o devido Processo Legal - a juíza federal Gabriela Hardt, substituta de Sérgio Moro na 13ª Vara Federal de Curitiba, conseguiu entender que os fatos eram falhas administrativas, mas não crimes como falsificações, desvio de verba pública, peculatos, entre outros, como a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e o próprio Moro apontaram.

"Diante do impasse narrado, o Ministério Público Federal não conseguiu se desincumbir do ônus de provar as acusações. O que assoma dos autos ao final da instrução processual é que o controle da execução do programa foi falho e relapso", diz a sentença da juíza.

A denúncia apontava que as irregularidades foram cometidas para encobrir desvio de recursos públicos, mas esse desvio não foi comprovado. "Sem provas de desvio de valores ou obtenção de vantagem indevida, não resta configurado peculato ou estelionato; e ausente provas de dolo específico e interesse pessoal, não se pode falar em prevaricação", decretou a juíza Gabriela Hardt. •



BOLSONARO REPROVADO

Pesquisas reforçam alta rejeição ao presidente da República, enquanto Lula lidera e mantém uma dianteira com folga em todos os cenários testados pelo Ipespe, Atlas Político e Quaest

Matheus Tancredo Toledo

Os dois levantamentos mais recentes, com os cenários das eleições presidenciais divulgados pelos institutos Ipespe e Atlas Político, divergem em relação à aprovação do governo Bolsonaro. Enquanto o primeiro traz um patamar estável nas últimas três rodadas entre 23% e 25% – um quarto da população – a pesquisa Atlas confirma o levantamento mais recente do Quaest. A apro-

vação do governo federal teria caído para menos de 20% dos brasileiros, chegando a 19% – uma queda de 7 pontos percentuais desde julho de 2021).

Segundo o Ipespe, a reprovação ao governo Bolsonaro também se mantém estável entre 55% e 54% nos últimos três meses, cenário que se repete na Atlas com um patamar diferente. Nos últimos três levantamentos, a reprovação variou entre 59% e 61% dos brasileiros, chegando agora a 60%. Ambas as pesquisas reforçam, ainda, a dianteira de

Lula (PT) nos cenários testados.

Segundo o Ipespe, Lula tem vantagem de 17 pontos percentuais para Bolsonaro, segundo colocado nas pesquisas, chegando a 42% das intenções de voto. O Atlas Político trouxe um crescimento do ex-presidente: dois pontos percentuais desde a pesquisa anterior.

Os levantamentos demonstram que, nas simulações de segundo turno, Lula ganha com folga de todos os outros possíveis candidatos. Segundo o Ipespe, há vantagem de 20 pontos per-

centuais para Bolsonaro: 52% a 32%. Outros 17 pontos ante Sérgio Moro – 51% a 34%. O petista chega a 23 pontos de dianteira sobre Ciro Gomes: 50% a 27%. E 29 pontos à frente de João Doria: 51% a 22%.

De acordo com a pesquisa Atlas, a vantagem de Lula para Bolsonaro é de 14,5 pontos percentuais. O petista tem 50,5% e Bolsonaro, 36%. Contra Moro, Lula vai a 46,4% contra 29,2% do ex-juiz federal. Lula fica à frente de Ciro 21 pontos – 42,3% a 21,3%. E, à frente do tucano João Doria, 31,8 pontos, batendo o candidato do PSDB de 47,2% a 15,4%.

Bolsonaro, impopular

Mais uma vez, é possível associar a baixa popularidade do governo com a alta percepção dos brasileiros sobre os problemas do país. Segundo o levantamento da Atlas, 59,1% dos brasileiros veem como maior problema algo relacionado à economia – 19,3% mencionam pobreza e desigualdade; 16,7% a inflação; 9,8% impostos e ineficiência do Estado; 6,8% o desemprego e 6,5% o

NAS SIMULAÇÕES DE SEGUNDO TURNO, LULA GANHA COM FOLGA DE TODOS OS OUTROS POSSÍVEIS CANDIDATOS: DE BOLSONARO A SÉRGIO MORO

crescimento econômico.

Entre os principais problemas mencionados, segundo esse levantamento, destaque também para a corrupção (21,4%) e acesso à saúde e educação (10,5%). No levantamento do Ipespe, o dado que chama a atenção é a

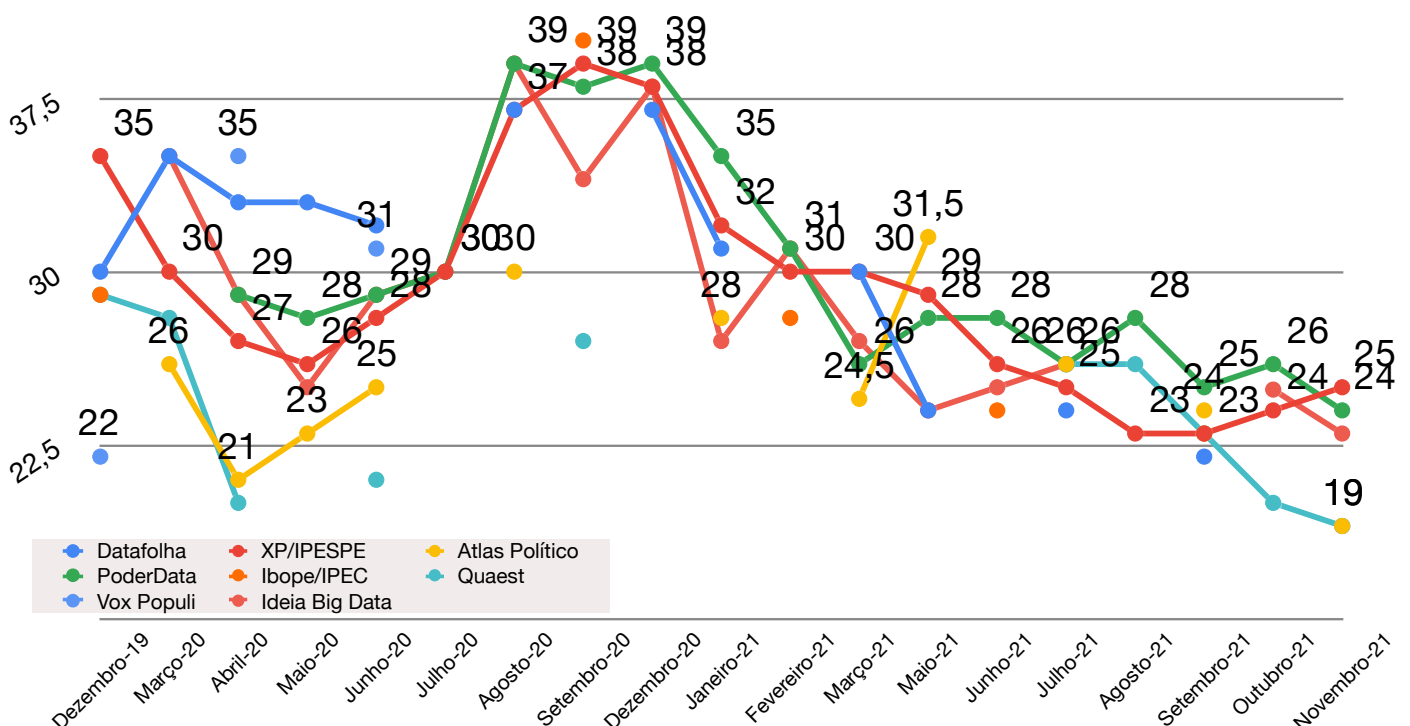
percepção de que a economia brasileira está no caminho errado para 69% dos brasileiros – um aumento de 10 pontos percentuais desde julho passado.

Neste sentido, é possível compreender também os limites que essa situação traz para a candidatura de Jair Bolsonaro, agora filiado ao PL. Segundo o Ipespe, Bolsonaro vai de 24% a 25% dependendo do cenário testado, número semelhante à aprovação de seu governo. Percebe-se ainda uma queda no desempenho do atual presidente com a entrada do ex-juiz e ex-ministro Sérgio Moro na corrida eleitoral.

Na pesquisa Atlas, Bolsonaro até vai melhor que seu governo – aprovado por 19%, com 31,5% de intenções de voto. Mas também sofre impacto da entrada de Moro: caiu 3 pontos percentuais em relação ao último mês, o que coincide com a inserção do nome do ex-juiz nos cenários testados pelo instituto. •

Cientista político com mestrado na PUC-SP, é analista do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe), da Fundação Perseu Abramo.

Avaliação negativa do governo Bolsonaro



CONGRESSO NACIONAL



A POSIÇÃO DO PT NO SENADO SOBRE A PEC DOS PRECATÓRIOS

Senadores da bancada votaram contra o calote das dívidas judiciais, impediram uso de recursos para orçamento secreto e garantiram o direito permanente à renda básica familiar

Paulo Rocha (PA), líder do PT no Senado, Jean Paul Prates (PT-RN) Paulo Paim (PT-RS), Jaques Wagner (PT-BA), Humberto Costa (PT-PE), Rogério Carvalho (PT-SE) e Zenaide Maia (Pros-RN)

A bancada do PT no Senado se posicionou de forma pública contrariamente à PEC dos Precatórios (PEC 23), nos termos em que foi aprovada na Câmara. O texto abria espaço fiscal para o orçamento secreto e viabilizava um programa de renda eleito-

reio, com benefícios majorados apenas para 2022.

No Senado, o PT se uniu a outros partidos para se opor ao texto aprovado na Câmara e propor emenda substitutiva (Emenda 77), mostrando um caminho mais consistente para atender às famílias pobres, que sofrem o impacto da desastrosa política econômica de Bolsonaro e Guedes, sem gerar passivos bilionários que podem inviabilizar as próximas gestões e sem destinar ao governo espaço fiscal para o orçamento secreto.

A Emenda 77 previa abertura

de espaço no orçamento retirando precatórios do teto de gastos em 2022 e a transferência de renda nos anos seguintes, embora, no voto em separado que o PT apresentou, tenha sido salientada a necessidade urgente de alterar o arcabouço fiscal brasileiro. Além disso, a emenda extinguiu o orçamento secreto e ampliava os valores para a transferência de renda. Vale salientar que, em plenário, o PT defendeu que esta emenda tivesse preferência em relação à PEC e foi derrotado.

Na votação da CCJ, a Bancada do PT no Senado votou contra a

PEC. Em plenário, o relatório da PEC incorporou diversas posições contidas na Emenda 77. De modo geral, o sentido das mudanças foi mitigar o caráter eleitoreiro da PEC 23 e reduzir os impactos para as próximas gestões, assegurando-se de forma permanente o direito à renda.

Portanto, o texto aprovado pelo Senado é muito diferente daquele apreciado pela Câmara. A diferença se refere precisamente no êxito da bancada, junto a outras forças políticas, em modificar a PEC 23 em diversos aspectos aprovados pela Câmara. Foram acatadas, por exemplo, emendas do PT para garantir o direito à renda de forma permanente e retirar o Fundef do teto de gastos, em benefício dos profissionais do magistério.

Também é preciso esclarecer a posição da bancada do PT no Senado. O PT foi o único partido que pediu preferência pela votação da Emenda 77, tendo sido derrotado. O PT foi o único partido que fez destaque, votando pela retirada do texto do artigo 107-A do ADCT, precisamente no ponto que tratava do subteto de precatórios, também tendo sido derrotado. A bancada do PT no Senado, portanto, votou contra o calote nos precatórios.

Por tudo isso, a bancada do PT no Senado reitera sua responsabilidade com o país e com os mais vulneráveis, tendo trabalhado arduamente para corrigir parcela dos graves problemas do texto aprovado na Câmara.

O fundamental é que a Câmara aprove tais mudanças e que o texto da PEC seja promulgado na íntegra. O fatiamento da PEC pode levar, em particular, à viabilização do orçamento secreto no orçamento de 2022 e a um programa de renda de caráter eleitoreiro, que implicará redução da renda dos mais pobres a partir de 2023. •

AS MUDANÇAS REALIZADAS PELO SENADO FEDERAL

Constitucionalização do direito à renda básica familiar

A renda básica familiar para pessoas em situação de vulnerabilidade social passa a ser um direito social fundamental, com assento no art. 6º, parágrafo único, da Constituição.

Esse programa deverá ser atendido por meio de um programa permanente.

Precatórios referentes ao Fundef

No texto aprovado na Câmara, mesmo o pagamento parcelado no Fundef não era assegurado, porque o subteto de precatórios poderia ser consumido pelas prioridades estabelecidas. No Senado, retirou-se do teto de gastos o pagamento do Fundef, assegurando-se o pagamento em parcelas anuais (2022, 2023 e 2024) com prazo estabelecido e sucessivas parcelas (40% até o dia 30 de abril, 30% até 31 de agosto e 30% até 31 de dezembro).

As receitas serão aplicadas na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público e na valorização do magistério. Além disso, ao menos 60% dos recursos deverão ser repassados aos profissionais do magistério.

Com precatórios do Fundef fora do teto, ampliam-se os recursos para o pagamento dos precatórios alimentares

O texto da PEC que veio da Câmara previa o pagamento de precatório do Fundef dentro do subteto.

Com o texto do Senado, os precatórios do Fundef serão pa-

gos fora do teto de gastos, de modo que não impactará o subteto de precatórios, permitindo o pagamento dos precatórios alimentícios na integralidade, ao menos, em 2022.

Essa mudança assegura o pagamento na integralidade dos precatórios decorrentes de benefícios previdenciários e assistenciais e de direitos dos servidores.

Desta forma, reduz-se o passivo decorrente da limitação do pagamento de precatórios, favorecendo, especialmente, os credores de precatórios de natureza alimentícia.

Espaço fiscal aberto com a criação do subteto de precatórios

No texto que veio da Câmara, o espaço fiscal gerado em 2022 com a criação do subteto de precatórios poderia ser usado da forma como o governo quisesse, especialmente no orçamento secreto.

O texto do Senado preenche esse espaço fiscal, tornando obrigatório o uso dos recursos na transferência de renda, na recomposição dos benefícios previdenciários (aposentadorias, auxílios e pensões) e assistenciais (BPC) e em outros programas da seguridade, como o seguro desemprego.

Redução de 2036 para 2026 do subteto de precatórios

Texto do Senado reduz o tempo em que o sublimite para precatórios vigorará. Em vez de vigorar até 2036, o sublimite irá até 2026.

Exclusão da securitização de dívidas

O texto do Senado exclui a possibilidade de securitização das dívidas, um pleito dos movimentos sociais e dos governadores. •



GOVERNO É CÚMPLICE DO GARIMPO SEM LEI

Forças Armadas, Ibama, Funai, Polícia Federal e Agência Nacional de Mineração (ANM) são instituições quase decorativas. Ou estão contaminadas pelo bolsonarismo ou foram de tal modo enfraquecidas que sua atuação sequer intimida o crime organizado

Elvino Bohn Gass

A imagem recente de 300 balsas instaladas no rio Madeira, em plena Amazônia, extraindo ouro de forma ilegal, ganhou o mundo. E, mais uma vez, o Brasil foi visto como um país sem lei, onde o governo federal, em vez de fiscalizar e punir a destruição, posta-se como cúmplice de todos os tipos de criminosos ambientais – garimpeiros, grileiros, desmatadores, contrabandistas, madeireiros. E, pelo jeito, a cumplicidade também favorece o narcotráfico envolvido com a depredação jamais vista na Amazônia.

Só a certeza da impunidade pode explicar o fato de os garimpeiros chegarem ao cúmulo de, nas redes sociais, exibirem vídeos demonstrando práticas ilegais, como o uso de substâncias químicas e metais como mercúrio, que poluem e condenam as águas, os seres que nela habitam e as populações da região. A tragédia se materializa ainda mais na destruição de rios e igarapés nas áreas indígenas por garimpeiros criminosos que agem com a leniência do governo Bolsonaro.

Forças Armadas, Ibama, Funai, Polícia Federal e Agência Nacional de Mineração (ANM) tornaram-se instituições quase decorativas. Ou estão contaminadas pelo pensamento devastador do bolsonarismo ou foram de tal modo enfraquecidas que sua atuação sequer intimida o crime que se pratica diariamente na Amazônia contra o patrimônio público e a riqueza inestimável



constituída por florestas, a biodiversidade e rios.

Pior, crianças indígenas são assassinadas por bandoleiros que usam balsas, helicópteros e outros custosos equipamentos,

mas nada acontece. No Brasil de Bolsonaro, há a banalização da violência contra os povos originários, configurando, em última análise, um genocídio implementado pelo presidente da República.

Aeronaves e equipamentos caríssimos de garimpagem circulam sem nenhuma fiscalização pela Amazônia. Com Bolsonaro, a floresta virou um território sem lei, embora o governo fale sempre em “soberania nacional” quando se refere, hipocritamente, à região.

A convivência do governo com o crime é evidente. E não apenas nas relações do presidente da República e de seus filhos com milícias e o esquema de rachadinhas. Chegou-se ao cúmulo de dar autorização a dois traficantes para garimparem ouro em uma área de 810 hectares na Amazônia.

Segundo informações veiculadas pela imprensa, um dos beneficiados pela decisão da Agência Nacional de Mineração, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, é Silvio Berri Júnior, acusado de traficar drogas nos anos 2000 em aeronaves e de ser o principal piloto do mega-traficante Fernandinho Beira-Mar. Ele foi autorizado a lavar o metal em uma área de 48 hectares, no Pará.

O outro contemplado com a permissão de lavra garimpeira é Heverson Soares, conhecido como “Compadre Grota”. Mes-

mo acusado pela Polícia Federal de traficar drogas no Maranhão, Rondônia e São Paulo, Heverson obteve as permissões para extrair ouro em uma área de 772 hectares na Amazônia.

São casos emblemáticos de vista grossa oficial para atividades criminosas. Por isso, apresentei no dia 30, na Câmara, projeto de decreto legislativo (PDL 1077/21) que susta essas autorizações. À parte as questões policiais que envolvem os dois titulares desses direitos minerais – ainda sob investigação da Polícia Federal –, entendo que o governo federal cometeu sérios equívocos legais na outorga desses títulos minerários.

As omissões, com atitudes passivas e burocráticas, promovem ou incentivam a mineração predatória, ambientalmente agressiva e potencializam a instalação de outras atividades ilegais em territórios frágeis.

A garimpagem ilegal é um problema histórico da Amazônia mas que, com Bolsonaro, vive seu momento mais agudo. O ritmo do avanço da mineração ilegal é alucinante. Só no território Yanomami estima-se a presença de mais de 20 mil garimpeiros. Há poderosos por trás de tudo, financiando e acobertando as operações milionárias que transformam em lama locais que antes eram cheios de vida. Tudo em nome do lucro, às custas na natureza, dos povos indígenas e de toda a sociedade brasileira, a quem pertencem as áreas invadidas pelos criminosos.

A omissão do governo Bolsonaro é inadmissível. É preciso dar um basta! •

Deputado federal pelo Rio Grande do Sul, é líder do PT na Câmara dos Deputados



Olimpio

PGR ARQUIVA O CASO PANDORA

Investigação sobre contas em paraísos fiscais de Guedes e Campos Neto vai para o limbo, mesmo o ministro assumindo que manobrou para fugir de impostos

No Brasil de Bolsonaro, a impunidade dos poderosos é regra e não exceção. A Procuradoria Geral da República arquivou na última quarta-feira, 1º de dezembro, as duas investigações preliminares abertas para apurar as contas offshores mantidas pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, em paraísos fiscais. O caso foi revelado pela série de reportagens Pandora Papers por um consórcio de jornais estrangeiros.

Em sua manifestação, o procurador-geral Augusto Aras considera que, como Guedes e Campos Neto informaram às autoridades a existência das offshores e das contas bancárias no exterior vin-

culadas a elas, não haveria crime. Em seu depoimento diante da Câmara dos Deputados, em 23 de novembro, Guedes admitiu que abriu a offshore para evitar pagar impostos sobre fortunas. “Todo trabalho de vida, ao invés de deixar para herdeiros, viraria imposto sobre herança” se não tivesse a conta em um paraíso fiscal.

“Se eu morrer, em vez de metade ser apropriada pelo governo norte-americano, na verdade, vai para a sua sucessão. Isso que explica colocar um parente, um filho, uma filha, uma mulher, um cônjuge. Está na declaração confidencial de informações. Está escrito lá. Você pode botar alguém”, afirmou o ministro.

Apesar da sinceridade do ministro, a declaração não chocou o procurador Aldo de Campos Cos-

ta, que expediu o parecer pedindo o arquivamento: “Como tanto o ministro da Economia, como o presidente do Banco Central do Brasil demonstraram nestas peças de informação que os bens e valores que possuem em cada uma das offshores mencionadas nas reportagens relativas aos Pandora Papers foram informados à autoridade competente na forma, limites e condições estabelecidos pela legislação de regência, não há razão para se instaurar um procedimento investigatório propriamente dito, sem que se tenha demonstrada nem a infração penal nem mesmo qualquer indicativo idôneo de sua existência”.

As investigações foram abertas pela PGR depois que a imprensa estrangeira revelou que Guedes mantinha US\$ 9,5 milhões – o equivalente a R\$ 54,5 milhões, desde 2014, em uma offshore nas Ilhas Virgens Britânicas. Guedes é dono da empresa Dreadnoughts.

Já Campos Neto é proprietário de três offshores, nas Bahamas e nas Ilhas Virgens Britânicas. Guedes informou à PGR que havia se afastado da administração da offshore em dezembro de 2018, após a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República, e disse que não movimentou valores desde então. A filha é quem administra a fortuna.

Já Roberto Campos Neto também argumentou que não fez movimentação de valores após chegar à Presidência do Banco Central. Ambos limitaram-se a declarar que comunicaram às autoridades a propriedade das empresas. Outra investigação sobre o mesmo assunto, no âmbito de improbidade administrativa, ainda tramita no Ministério Público Federal do Distrito Federal, em primeira instância, porque não existe foro privilegiado para casos de improbidade. •

UM EVANGÉLICO NO SUPREMO

Senado aprova por 47 votos a 32 o nome de André Mendonça para integrar o STF. Sua indicação à Corte foi saudada por Bolsonaro como de um homem “terrivelmente evangélico”

O governo conseguiu aprovar no plenário do Senado a indicação do novo ministro do Supremo Tribunal Federal, ministro André Mendonça. Seu nome passou pelo Senado com o apoio de 77 senadores contra 32. André Mendonça foi saudado pelo presidente Jair Bolsonaro como seu ministro “terrivelmente evangélico”, ligado a igrejas pentecostais e que conta com o apoio de líderes religiosos como o conservador Silas Malafaia.

Na sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, onde respondeu perguntas por oito horas, Mendonça foi aprovado por 18 votos favoráveis a 9 contrários. Após a votação, ele parafraseou o astronauta Neil Armstrong: “É um passo para o homem, um salto para os evangélicos”.

Ex-advogado-geral da União e ex-ministro da Justiça de Bolsonaro, Mendonça foi indicado em 13 de julho, após a aposentadoria do ex-ministro Marco Aurélio Mello. A resistência de setores do Congresso a seu nome, porém, fez com que a negociação até a marcação da sabatina se arrastasse por pouco mais de quatro meses. Presidente da CCJ, o senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), foi o principal responsável por essa demora, que deixou o Supremo desfalcado nos julgamentos até hoje.

André Mendonça foi o segundo indicado pelo presidente Bolsonaro ao Supremo. O primeiro é o ministro Kassio Nunes Marques.

Edilson Rodrigues/Agência Senado



GAFE? Na sabatina, Mendonça levou uma dura do senador Fabiano Contarato ao declarar que a democracia no Brasil foi conquistada sem vidas perdidas

Ele deve reforçar a chamada bandeira bolsonarista no Supremo. Na audiência na CCJ, Mendonça se esforçou para defender a democracia e se comprometeu com o Estado laico. “Considerando discussões havidas em função de minha condição religiosa, faz-se importante ressaltar a minha defesa do Estado laico”, frisou ainda Mendonça.

Em um dos pontos mais polêmicos da sabatina, Mendonça disse que a democracia no Brasil foi conquistada “sem sangue derramado” e “sem vidas perdidas”, o que não é verdade. De acordo com o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, que investigou, entre 2011 e 2014, a ditadura militar no Brasil, houve 434 mortes e desaparecimentos políticos no país entre 1964 e 1988.

Mendonça foi rebatido pelo

senador Fabiano Contarato (Rede-ES). “Quatrocentos e trinta e quatro mortos, milhares de desaparecidos, 50 mil presos, 20 mil brasileiros torturados, 10 mil atingidos por processos e inquéritos, 8.350 indígenas mortos”, lembrou o senador. “O deputado federal Rubens Paiva, quando fez discurso em defesa do presidente João Goulart, teve seu mandato cassado, sua casa invadida. Foi preso e torturado até morrer. Nossa democracia, senhor André, também foi construída em cima de sangue, mortes e pessoas desaparecidas. É inaceitável negar a história”.

Em resposta a Contarato, Mendonça alegou ter sido “mal interpretado” e admitiu que “vidas se perderam na luta pela construção da nossa democracia”. Ele alegou que quis dizer que o país não enfrentou uma guerra civil. •

INFRAESTRUTURA



ANTES QUE A DESTRUIÇÃO SEJA COMPLETA

Lula defende o fim da paridade de preços na Petrobrás, enquanto o governo entrega refinaria a fundo árabe e Paulo Guedes diz ter pressa na venda da estatal, criada há 68 anos. PT aciona MPF contra o general entreguista Joaquim Silva e Luna

O governo entreguista do presidente Jair Bolsonaro moveu mais uma peça para se desfazer de parte importante do patrimônio do povo brasileiro. Na última quarta-feira, 1, o general Joaquim Silva e Luna, presidente da Petrobrás, concluiu a venda da Refinaria Landulpho Alves, na Bahia, ao fundo Mubadala, dos Emirados Árabes Unidos.

A refinaria foi vendida pela bagatela de US\$ 1,8 bilhão e é a primeira a ser entregue pelo programa de privatização da estatal na área de refino. O governo Bolsonaro pretende se desfazer de metade das refinarias da Petrobrás de maneira criminoso e irresponsável. A esperança de Paulo Guedes é estender as privatizações para além das eleições de 2022.

A presidenta nacional do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PR), classificou o negócio como prejudicial aos interesses nacionais. “O governo Bolsonaro vendeu a Refinaria Landulpho Alves da Petrobrás, na Bahia, por valor abaixo do mercado. Isso é saquear a Petrobrás, vender barato patrimônio que o povo construiu para o [setor] privado ganhar altos lucros, deixando o preço da gasolina explodir. Saqueadores!”, criticou.

O valor de US\$ 1,8 bilhão desembolsado pelo fundo Mubadala é considerado 50% abaixo do valor de mercado, segundo o Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep). E está 35% aquém do preço justo, de acordo com o banco BTG Pactual. A privatização da refinaria baiana, a se-

gunda maior do país, foi concluída em 30 de novembro.

A intenção do governo é liquidar o setor de óleo e gás, afetando gravemente a soberania nacional. Em entrevista à rádio Gaúcha, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu o fim da paridade internacional na política de preços praticada pela Petrobrás desde o Golpe de 2016, que levou à deposição da então presidenta Dilma Rousseff.

Lula avisou que, caso seja eleito em 2022, irá alterar a atual política de preços da estatal. “Digo em alto e bom som: nós não vamos manter essa política de preços de aumento do gás e da gasolina que a Petrobrás adotou por ter nivelado os preços pelo mercado internacional. Quem tem que lucrar com a Petrobras é o povo brasileiro”, disse. A posição de Lula provo-

cou imediatamente críticas na mídia corporativa nacional, favorável à liquidação da empresa estatal, criada em outubro de 1953.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, apressou-se a afirmar, na mesma quarta-feira, que o governo Bolsonaro precisa avançar em sua agenda de privatização sob o risco de perder apoio. Só não esclareceu se estava se referindo ao apoio da mídia ou do mercado financeiro. Guedes teve a pachorra de afirmar que os Correios correm o risco de virar uma empresa irrelevante em dois, três anos, bem como a Petrobrás.

“Os Correios vão ter que virar uma empresa de logística, e pior – do que concorrentes. Vende rápido porque tem o risco de daqui a dois três anos estar irrelevante. Ou vende ou perde valor... Isso se aplica à Petrobrás também”, declarou o ministro. O senador Jean Paul Prates (PT-RN), presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Petrobrás, reagiu às declarações do ministro.

“Daqui a cinco anos o petróleo ainda não terá perdido totalmente seu valor. Ainda será importante manter refinarias e química a partir do gás e do óleo. E certamente não é vendendo a estatal de petróleo que se faz a transição energética”, rebateu o parlamentar.

A venda da Refinaria Landulfo Alves ao fundo Mubadala Capital é um afronta aos interesses do Brasil. Localizada em São Francisco do Conde (BA) e inaugurada em 1950, a refinaria tem capacidade para processar 323 mil barris ao dia – 14% da capacidade nacional de refino. Segundo uma fonte, a refinaria opera hoje com 60% a 70% da capacidade, mas a intenção do Mubadala é maximizar o retorno financeiro e aproximar a operação do ativo da plena capacidade.

Cínico, Paulo Guedes declarou que o Brasil não está con-

seguindo tirar petróleo do chão na velocidade necessária para erradicar a miséria. “A Petrobrás está sob risco, daqui a dez, 15, 20 anos o mundo vai fazer a transição para fora do petróleo, vai embora para o carro elétrico, e esse tipo de coisa vai desaparecer”, afirmou.

Jean Paul retrucou: “O que deve ser planejado para médio e longo prazo é fazer com que a nossa empresa estatal faça sua própria transição energética, ajudando inclusive o país a fazê-la também, a exemplo da estatal norueguesa Equinor (antes Statoil) e da QatarEnergy (antes Qatar Petroleum)”.

O ex-presidente Lula lembrou que metade do índice de inflação hoje, que aflige o Brasil e prejudica a população, está subordinada aos preços controlados pelo governo. “O governo tem muita responsabilidade pela inflação. Pelo preço da energia, do gás, da gasolina, do diesel”, destacou.

A política de preços da Petrobrás, atrelada ao mercado internacional do petróleo, tem levado a constantes aumentos dos combustíveis nas refinarias, que por sua vez se refletem no preço final ao consumidor na bomba. “Qualquer pessoa séria que ganhar as eleições não vai manter essa política de paridade de petróleo. Não é razoável”, disse Lula.

A alta dos preços dos combustíveis tem sido um dos principais fatores por trás da alta da inflação, que tem afetado a popularidade de Bolsonaro. Na sexta-feira, 3, a bancada do PT na Câmara dos Deputados pediu ao Ministério Público Federal que investigue o general Joaquim Silva e Luna por crimes contra a ordem econômica. Os deputados afirmaram que a escalada do preço dos combustíveis no Brasil é fruto de uma prática abusiva adotada por escolha do governo Bolsonaro. •

FUP PROMOVE ATOS CONTRA PRIVATIZAÇÃO

Trabalhadores compareceram em massa aos atos convocados pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) na sexta-feira, 3, contra a privatização da Refinaria Landulfo Alves. A FUP denuncia a entrega da RLAM pela metade do preço ao grupo Mubadala, dos Emirados Árabes, que assumiu o controle da unidade e de todo o complexo de ativos de logística da Petrobrás na Bahia.

A Rlam é a primeira refinaria da estatal a ter a venda concretizada. “Os prejuízos que o país e o povo já estão tendo com o desmonte da Petrobrás serão ainda maiores com a privatização de mais da metade do parque de refino nacional”, criticou a FUP, em nota.

Outras duas refinarias da Petrobras também estão em processo final de privatização: a Refinaria Isaac Sabbá, em Manaus (Reman), e a Unidade de Industrialização do Xisto (SIX), no Paraná. O governo Bolsonaro pretende entregar ainda a Fábrica de Lubrificantes do Nordeste, no Ceará; as refinarias Clara Camarão, no Rio Grande do Norte; Gabriel Passos, em Minas Gerais; Alberto Pasqualini, no Rio Grande do Sul; e a Presidente Getúlio Vargas, no Paraná.

A FUP denuncia os prejuízos decorrentes das privatizações. A Petrobrás está abrindo mão de refinarias, mas também subsidiárias estratégicas, campos, plataformas, terminais, usinas termelétricas e de biodiesel, entre outros ativos, adquiridos a preço de banana por empresas estrangeiras e concorrentes da estatal. •

DESEMPREGO PIORA EM 2020

Dados do próprio governo escancaram mentiras de Bolsonaro e Guedes. Caged mostra que Brasil não criou empregos formais em 2020, como o governo repetiu durante o ano inteiro. A verdade é que foram destruídas mais de 191 mil vagas

Na fantasia do ministro Paulo Guedes, o Brasil vai bem. O problema é a realidade. O Ministério do Trabalho e da Previdência Social desmentiu o presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Economia, apresentando números que desmascaram o discurso de que a economia brasileira estava se recuperando, como Guedes insiste em mentir nos últimos dois anos.

Na terça-feira, 30, o ministério anunciou uma revisão dos dados de 2020 do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Resultado. O número de empregos que teriam sido criados no país em 2020 não existe. A nova análise mostra na verdade que, em vez de criar, o Brasil destruiu empregos no ano passado. Foram 191,5 mil vagas formais que desapareceram.

Os dados do Caged de 2020 foram divulgados pela primeira em janeiro deste ano. Na época, o governo disse que, graças a um aumento do número de vagas no fim do ano, o Brasil teria criado 142.690 empregos. Imediatamente, Guedes e Bolsonaro passaram a dizer que esta era uma prova indiscutível de que a economia havia se recuperado.

A mentira tem perna curta. No início de novembro, uma primeira revisão no cadastro abaixou o número de empregos formais para 75.883 vagas. E, agora, a segunda revisão escancara a realidade. O governo Bolsonaro não criou empregos em 2020. Na verdade a



política ultraliberal de Paulo Guedes conseguiu esfacelar o mercado de trabalho.

Na avaliação do economista Marcio Pochmann, presidente do Instituto Lula, os novos dados representam uma vergonha para o Ministério da Economia e para a equipe técnica que validou o novo Caged. "A segunda revisão metodológica realizada indicou mais erros, reduzindo ainda mais a quantidade de empregos criados em 2020. O saldo de emprego que era positivo, tornou-se agora negativo", resume.

Pochmann chamou a atenção ainda para outro dado, também divulgado na terça-feira, que mostra a incompetência de Bolsonaro e Guedes para proteger o emprego e a renda dos brasileiros. Segundo o IBGE, a renda média dos trabalhadores caiu 4% no terceiro trimestre deste ano. É a quarta

queda trimestral consecutiva, informa o *Valor Econômico*.

No quarto trimestre de 2020 e nos dois primeiros deste ano, as quedas foram, respectivamente, de 4%, 0,8% e 2,8%. Com a nova queda anunciada, o ganho médio do trabalhador brasileiro caiu para R\$ 2.459. "É o mesmo valor de 2012", compara. "Onde estão aqueles que defendiam que o custo menor de contratação do trabalhador estimularia o empregador a contratar mais?", indagou.

A verdade é que os ataques aos direitos trabalhistas realizados após o golpe contra Dilma Rousseff não ajudaram a criar empregos. Desde 2016, o desemprego aumentou 70%, mostra o IBGE. E, neste ano, a recuperação anunciada também não vem. Outubro registrou nova queda no número de vagas criadas, anunciou o Ministério do Trabalho. • **Agência PT**



EM SÃO PAULO, A FOME APERTA

Nas consultas médicas, em centros de saúde do SUS na capital paulista, crianças e adultos desmaiam de fome em busca de comida. Funcionários pedem doações e fazem vaquinhas entre si para a compra de cestas básicas

Afome em São Paulo está ganhando as manchetes de jornais. Na última semana, o UOL revelou que os centros do SUS na capital mostraram nas últimas semanas cenas assustadoras. Crianças e adultos desmaiando de fome. “É o rastro destruidor de uma política que despreza os mais vulneráveis”, lamentou o deputado federal Alexandre Padilha (PT-SP).

Com 29 milhões de pessoas sem acesso a uma dieta saudável, 19 milhões de pessoas com fome e 117 milhões em situação de insegurança alimentar, o Brasil segue sofrendo com os retrocessos do governo de Jair Bolsonaro, que colocou o país de volta no Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas.

A árdua realidade das famílias brasileiras as leva pedir ajuda nas unidades de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS). Elas buscam alimentos. Pessoas idosas e

crianças pedem comida durante as consultas, conforme relato de enfermeiras e funcionários, que pedem doações e fazem vaquinhas entre si para a compra de cestas básicas.

Em uma situação desoladora, pessoas desmaiam nos postos de atendimento por falta de alimentação. Ex-ministro da Saúde, Padilha lembra que há uma rede de proteção social construída ao longo de anos no Brasil que vem sendo desmontada por Bolsonaro desde o congelamento dos investimentos públicos, com a famigerada Emenda 95, que instituiu o Teto de Gastos.

Padilha propôs a realização de três audiências públicas na Câmara dos Deputados para tratar da fome. Ele diz que o flagelo afeta os povos indígenas, especialmente os Yanomamis, que sofrem ações de garimpo e constantes violências. Também denuncia a necessidade de prorrogação dos recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PPA),

que adquire comida por meio da agricultura familiar de áreas quilombolas. Ele quer ainda discutir medidas para reduzir a fome que afeta as crianças e adolescentes.

Ex-ministra dos Direitos Humanos no governo Dilma, a deputada federal Maria do Rosário (PT-RS) afirma que o país precisa de uma reversão urgente para retomar a transformação que os governos do PT iniciaram. “Infelizmente, estamos vendo um retrato do Brasil de 2021, comandado por Bolsonaro. Pessoas procurando comida nos postos de saúde, pois estão desempregadas. Insegurança alimentar por todos os lados atingindo mulheres grávidas e crianças”, alerta.

“É um quadro terrível, que precisa ser revertido urgentemente. Precisamos de um projeto de Brasil que prioriza as pessoas e não o mercado financeiro, como Bolsonaro e Guedes têm feito. É necessário retomar a transformação que os nossos governos começaram, urgentemente”. • **APT**

COMO O PT SALVOU O BRASIL: A REDUÇÃO DA SELIC E DAS DESPESAS COM JUROS

Os dados do Banco Central e do Tesouro desmentem as mentiras da mídia e de economistas liberais. Nos governos Lula e Dilma, houve queda da taxa de juros, com efeitos que resultaram na redução das despesas com juros do governo central como proporção da arrecadação tributária federal



Eduardo Fagnani **
Gerson Gomes **
Guilherme Mello ***

Este é o oitavo de uma série de artigos organizada para oferecer fatos e números que desconstruem as mentiras circulantes segundo as quais a política econômica do PT teria “quebrado o Brasil”. Tais mentiras, construídas e repetidas a partir da falsificação de alegados “fatos econômicos” – que à custa de ser repetida, implantou-se como se fosse verdade e informação correta – inventa, divulga e repete o que é invariavelmente apresentado no noticiário e nas ‘análises’ políticas e econômicas como se fossem desmandos da condução da política econômica do PT.

Nos artigos anteriores, demonstramos a falsidade dessa narrativa no comportamento da dívida externa; das reservas cambiais; da dívida pública interna; dos resultados primários; e dos resultados nominais. Neste artigo, analisamos e repomos a verdade sobre a queda da taxa de juros e seus efeitos na redução das despesas com juros do governo central como proporção da arrecadação tributária federal bruta. O comportamento desses indicadores absolutamente não ‘revelam’ que a economia estivesse vivendo “crise terminal” ao cabo dos governos petistas.

O gráfico 1 (*abaixo*) mostra o comportamento da taxa de juros



(Selic) em períodos selecionados. Note-se que ela atingiu média anual de 33,6% o primeiro governo de FHC e de 19,3% no segundo governo. Nos governos petistas, com Lula e Dilma, a taxa de juros cai sistematicamente, atingindo 9,9% ao ano, em média, entre 2011-2014.

O gráfico 2 mostra a tendência de queda anual durante os governos do Partido dos Trabalhadores. Observe-se que ela atinge seu menor valor em 2012 – 7,1% –, mais de quatro vezes inferior ao observado em 1998, por exemplo, e quase seis vezes menor à registrada em 1995 e 1997. Mesmo o patamar mais elevado obtido em 2015 (14,2%) esteve abaixo do verificado ao longo dos dois mandatos de FHC.

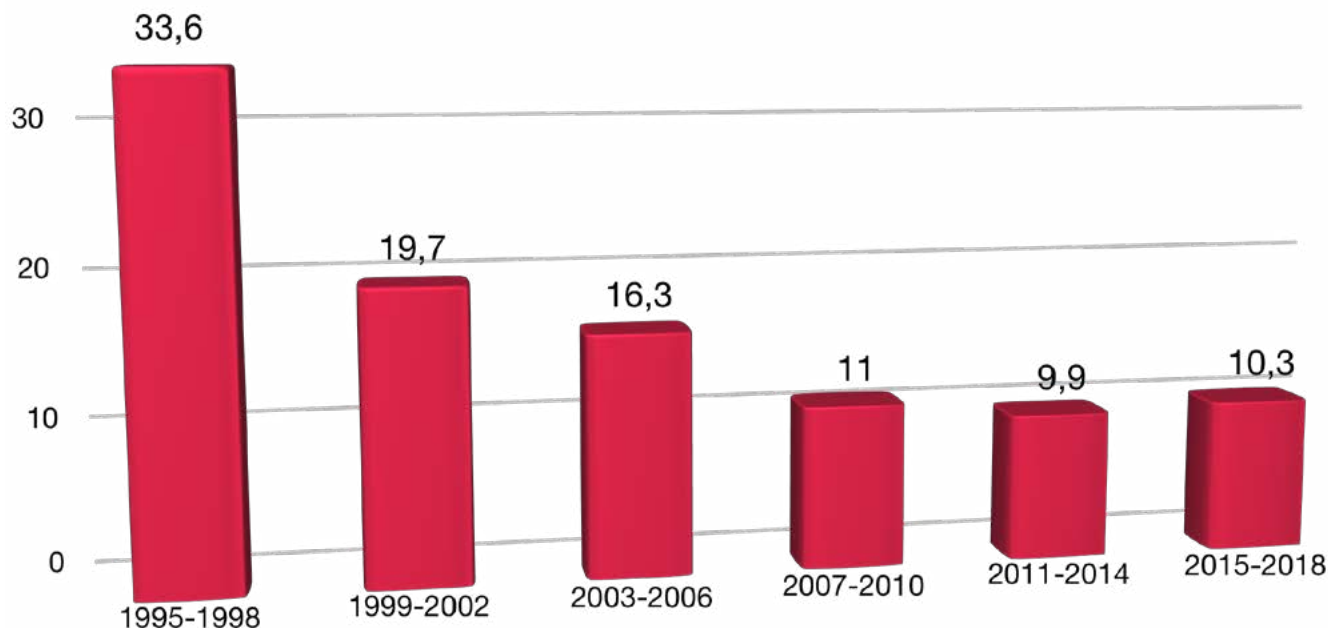
A elevação ocorrida naquele ano refletiu a inflexão nos rumos da economia a partir do início de 2013, quando o Banco Central inicia um novo ciclo de elevação da taxa de juros, ampliando o endividamento público e restringindo a atividade econômica. Esse movimento também decorreu da crise política, intensificada a partir de 2013, quando a oposição passou a apostar no golpe, na instabilidade institucional e na imposição de limites legislativos para a condução da política econômica.

A queda da Selic reduziu significativamente as despesas com juros do governo central. Nos governos FHC, as despesas com juros representaram mais de 36%

Taxa de juros Selic

GRÁFICO 1

Em porcentagem, por períodos selecionados: 1995-2018



Fonte: Banco Central do Brasil. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e Cinco Anos de Economia Brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

da arrecadação tributária federal bruta. Durante os governos petistas, essa proporção caiu para menos de 23% entre 2007-2014 (gráfico 3).

O gráfico 4 mostra o desempenho anual desse indicador. Note-se que há uma queda sistemática das despesas com juros do governo central como proporção da arrecadação tributária federal bruta, especialmente a partir de 2006. Como menciona-

do, a elevação ocorrida em 2015 refletiu o novo ciclo de elevação da taxa de juros decidido pelo Banco Central num cenário de intensificação da crise política que culminou no Golpe de 2016.

Portanto, também no caso desse indicador, não se sustenta a afirmação de que a "crise" gerada pelos governos do PT teria sido "fundamentalmente crise de irresponsabilidade fiscal", como sustenta o arbítrio delirante. Mais

uma vez, os dados demonstram a narrativa dominante serviu aos interesses dos protagonistas da farsa do impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

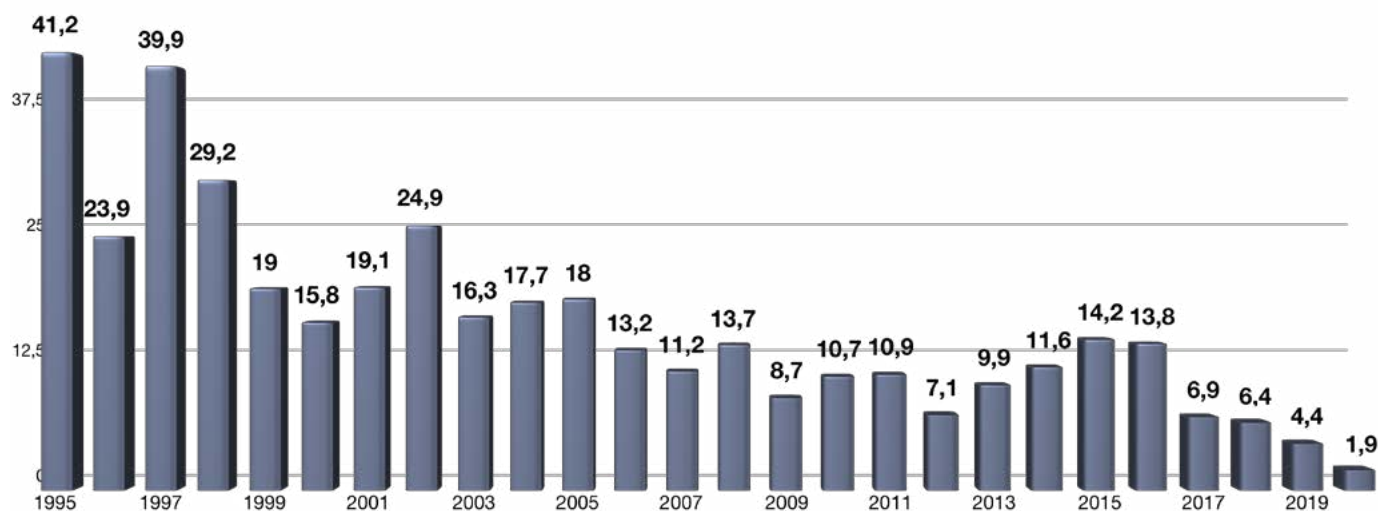
E o que aconteceu nos governos Temer e Bolsonaro?

Esses governos radicalizaram a agenda neoliberal, mergulharam o país na mais grave crise econômica e social da história. A taxa de juros caiu entre 2016-2020, sobretudo, por conta da estagnação

Taxa de juros Selic

GRÁFICO 2

Em porcentagem, ano a ano: 1995-2020

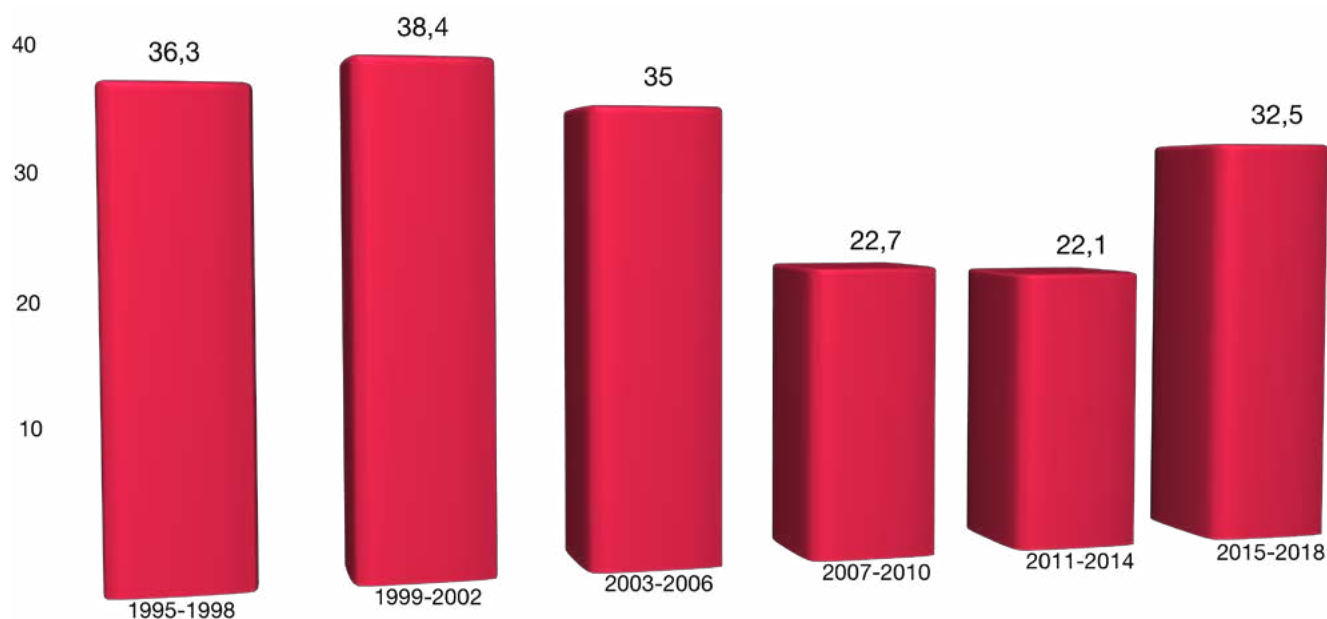


Fonte: Banco Central do Brasil. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e Cinco Anos de Economia Brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Despesas com juros do governo

GRÁFICO 3

Percentual da arrecadação federal bruta (valores nominais)



Fonte: Banco Central e Secretaria do Tesouro Nacional
GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e Cinco Anos de Economia Brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

provocada pela austeridade econômica que restringiu o poder de compra dos trabalhadores – que também reduz, a partir de 2017, as despesas com juros como proporção da arrecadação tributária.

Mas volta a subir forte em 2021 para conter a inflação provocada pela desvalorização do câmbio, pelos efeitos da crise sanitária nas cadeias produtivas, pelo desmonte das políticas de apoio à agricultura familiar e, sobretudo, pela

desastrada política de preços praticada no setor da energia.

Nos próximos artigos demonstraremos, com mais fatos e dados, que o governo do Partido dos Trabalhadores salvou o país. Com o aumento das reservas e a redução das taxas de juros foi possível praticamente zerar o peso dos títulos indexados ao câmbio no total e reduzir a proporção de títulos indexados à Selic, fortalecendo a posição do go-

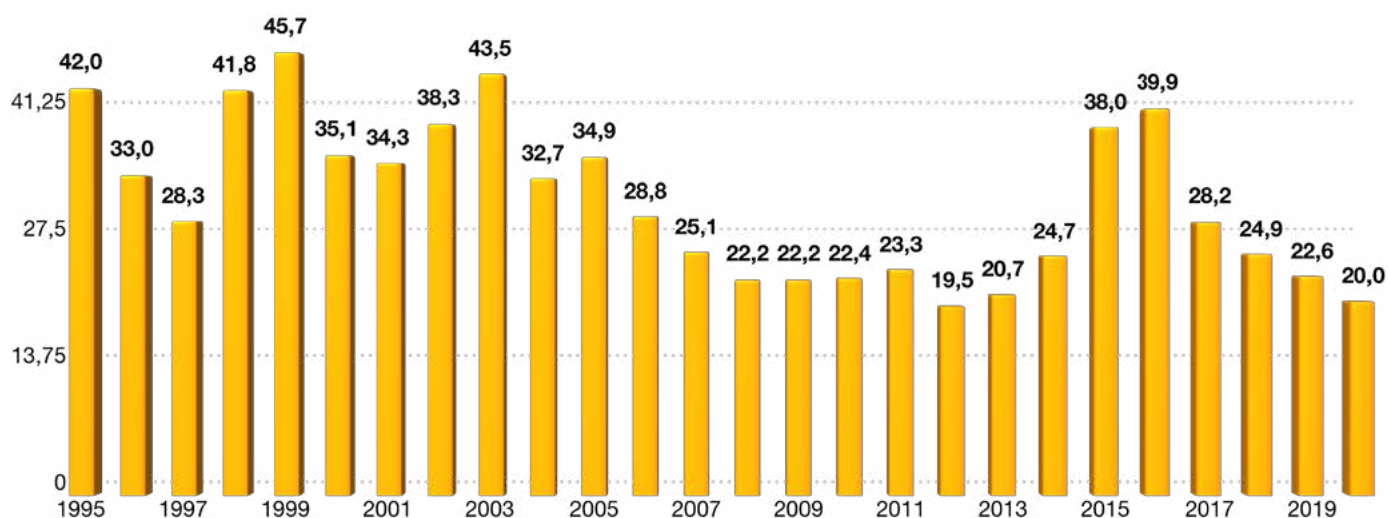
verno central contra as pressões especulativas do mercado. •

* Doutor em Economia pela Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (CESIT-UNICAMP)
** Membro do Conselho do Centro de Altos Estudos do Brasil para o Século 21. Foi funcionário de carreira da FAO e da CEPAL e assessor econômico no Senado Federal e na Câmara dos Deputados
*** Professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON-UNICAMP)

Despesas com juros do governo

GRÁFICO 4

Percentual da arrecadação federal bruta, ano a ano: 1995-2020



Fonte: Banco Central do Brasil. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e Cinco Anos de Economia Brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

INTERNACIONAL



DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO Líderes da região da América Latina, Caribe e Europa concordam com a proposta do presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, de taxar os super-ricos e empresas para combater a pobreza

TRIBUTAR OS RICOS E ACABAR COM A FOME

Grupo de Puebla defende a reconstrução das economias no pós-pandemia com reformas que promovam a tributação progressiva sobre a riqueza dos grandes capitais para garantir investimentos e políticas sociais de combate às desigualdades

Danilo Molina

A pós quatro dias de debates, na Cidade do México, o 7º encontro do Grupo de Puebla encerrou os trabalhos, na quarta-feira, 1º, com uma declaração em defesa de um modelo de desenvolvimento solidário para a América Latina e Caribe. No documento, os mais de 200 líderes políticos progressistas de 19 países defendem que a reconstrução das economias, na pós-pandemia, exigirá o combate à evasão fiscal e reformas tributárias que promovam a tributação progressiva sobre a riqueza dos grandes capitais para garantir investimentos e políticas sociais para retomar o crescimento, combater às desigualdades e promover a inclusão social.

Membro da coordenação executiva do Grupo de Puebla, o presidente da Fundação Perseu Abramo, Aloizio Mercadante, manifestou apoio à proposta do presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, de tributar as pessoas e empresas mais ricas do mundo para combater a pobreza. "O mundo pós-pandemia precisa de uma reconstrução mais generosa, com menos desigualdade e menos fome. Essa proposta já tem o apoio do presidente Alberto Fernández (da Argentina). Outros governos progressistas vão aderir", disse.

Em novembro, López Obrador propôs à ONU a criação de um fundo de combate à pobreza por meio de um imposto voluntário de 4% das 1.000 pessoas mais ricas do mundo, outro para as 1.000 maiores empresas e um

fundo de 0,2% do PIB dos países do G20. Dadas as dificuldades de implementação de tal mecanismo, Mercadante afirmou que para que esta proposta seja viável, ela deve primeiro ser divulgada a fim de aumentar a conscientização.



O modelo de desenvolvimento solidário proposto pelo Grupo de Puebla é articulado em torno de seis eixos: superação das desigualdades sociais; busca de valor; nova política econômica; transição ecológica; integração na construção da região; e nova institucionalidade democrática.

Outra proposta de destaque é o pedido por um imposto mínimo global de 15% para grandes corporações, como definido no G20. "Destacamos a necessidade de que atinja pelo menos 21% para equilibrar, de algum modo, a correlação entre os que perderam e os que ganharam com a crise", diz o documento. "Reafirmamos a urgência de que se estabeleça uma renda básica solidária que permita o acesso a um mínimo vital aos que sofreram e sofrem em função da pobreza e da miséria".

O presidente da Argentina, Alberto Fernández, participou de forma remota e solicitou aos participantes do encontro que continuem trabalhando para que a justiça social, de uma vez e para todos, reine entre os povos da região. "É preciso recuperar as bandeiras do desenvolvimento", defendeu. "Se de uma vez por todas não pegarmos o touro pelos chifres, mais uma vez chocaremos com aquela horrível realidade que a pandemia descobriu: a realidade da desigualdade em que poucos desfrutam e milhões e milhões sofrem", disse.

Alberto Fernández voltou a chamar a atenção para o fato de que a pandemia deixou clara a desigualdade que o sistema econômico gerou no mundo. "Tal realidade se torna um imperativo ético que nos obriga a modificá-la", declarou. "Se depois de tudo o que nos aconteceu, repetirmos a história novamente, então não teremos aprendido nada e as gerações futuras vão nos lembrar que falhamos", disse. •



Ricardo Stuckert

LULA DEFENDE NOVA GOVERNANÇA GLOBAL

Ex-presidente do Brasil reitera a necessidade de uma nova ONU renovada e com novas regras para agregar mais nações. "É hora de investir nos países mais pobres"

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu, durante reunião do Grupo de Puebla, que a Organização das Nações Unidas precisa mudar e agregar mais países. Ele disse que o mundo hoje é completamente distinto daquele momento em que as Nações Unidas foram criadas: "É preciso, desde já, começar a pensar em uma nova governança global, que não gaste trilhões com guerras inúteis e que invista nos países mais pobres".

"Precisamos nos unir inclusive para falar sobre uma nova gover-

nança no mundo. Uma nova governança mundial. A ONU já não representa o que ela representava quando foi criada. A geografia política é outra, mais países precisam entrar", lembrou o ex-presidente. "A ONU precisa voltar a ter autoridade para decidir algumas coisas que são importantes. Uma nova governança que tenha coragem de evitar guerras, que pense na construção de um mundo mais justo, mais humano, que pense em acabar com a fome".

Ele avaliou que a América Latina deve apostar no modelo de integração da União

A ONU JÁ NÃO REPRESENTA O MESMO QUANDO FOI CRIADA. A GEOPOLÍTICA É OUTRA E MAIS PAÍSES PRECISAM TER REPRESENTAÇÃO

Européia porque é um patrimônio da democracia. "Procuram construir um modelo que integre e una os povos. Temos que seguir esse ensino na América Latina", destacou.

Lula afirmou que é preciso reconstruir a unidade na América do Sul, na América Latina e no Caribe. "Os países sozinhos têm poucas chances de negociar com as grandes potências, mas juntos a gente pode negociar em pé de igualdade com a China, a gente pode ter mais força para negociar com os Estados Unidos e a gente pode ter acordos mais favoráveis com a União Europeia", declarou.

Durante sua participação no encontro, Lula também afirmou que é preciso pensar no futuro pós-pandemia e que é preciso resgatar a esperança na América Latina. "Uma grande parte das pessoas na América Latina já não tem mais esperança, uma grande parte já nem procura mais emprego. Como será o mundo do trabalho no pós-pandemia? Como será tratada a questão ambiental? Como será tratada a questão da economia no mundo?", indagou.

Por fim, o ex-presidente disse que a esquerda não pode iniciar o século 21 discutindo as mesmas coisas do século 20 e afirmou, ainda, que não existe o "novo normal". "O novo normal para muitos países é discutir o velho normal, porque no Brasil a fome voltou maior do que quando eu assumi a Presidência, o desemprego voltou... O novo normal é a gente brigar pela sobrevivência outra vez", declarou.

Lula fez um apelo para que o Grupo de Puebla ganhe força como organismo representativo das forças progressistas internacional. "É preciso que o grupo seja um protagonista internacional, tenha força fora das nossas reuniões", disse na ocasião. Essa aliança é o que há de mais representativo nos países da América do Sul, Central e Caribe. •

Divulgação/Grupo de Puebla



DILMA ALERTA CONTRA A EXTREMA-DIREITA

Durante o encontro, também houve um chamamento para a unidade das forças progressistas da América Latina para enfrentar a ameaça da extrema direita e do fascismo na região. A ex-presidente Dilma Rousseff considerou que as democracias da América Latina estão "sob ataque" e deu como exemplo a derrubada do hondurenho Manuel Zelaya em 2009, seu próprio afastamento em 2016 por um impeachment fraudulento e a saída de Evo Morales da Bolívia em 2019. Ela adverte que agora o presidente peruano, Pedro Castillo, é alvo de ataques por um julgamento político.

Coordenador do Grupo de Puebla e ex-candidato à Presidência do Chile, Marco Enríquez-Ominami fez questão de fazer um alerta para uma possível vitória de José Antonio Kast nas eleições daquele país. Ele pediu à esquerda latino-americana para confrontar a extrema direita em um bloco no qual incluiu nominalmente o presidente Jair Bolsonaro.

"Chamo a atenção do mundo para o máximo de alerta sobre o que está acontecendo no Chile. Não é uma piada, porque depois

de um Bolsonaro vem outro e depois outro", advertiu.

O presidente da Bolívia, Luis Arce, também ressaltou sobre o "reagrupamento da direita" que busca gerar "condições" para repetir um "golpe", como o que existiu contra Evo Morales em 2019. "Começam a usar argumentos para deslegitimar o lucro de uma disputa eleitoral muito clara e a tentativa de desgastar o governo. É um assunto que eu gostaria de divulgar", disse.

Ex-presidente da Colômbia, Ernesto Samper destacou a ameaça de um "desembarque fascista" na região, tema denunciado também por vários dos ex-presidentes presentes no encontro, como Rafael Correa e José Luiz Rodríguez Zapatero. "Este pouso fascista não nos assusta. Temos que lidar com isso", disse.

Correa disse que a direita judicializa a política para ganhar diante do fracasso nas urnas. "O Grupo Puebla deve servir para gerar o pensamento latino-americano diante do neoliberalismo", pontuou o equatoriano. "Hoje, eles querem nos convencer de que as ideologias acabaram. E o debate ideológico está mais atual que nunca. A ideologia progressista, deve ser a supremacia do ser humano sobre o capital, em um mundo absolutamente dominado pelo império do capital", destacou. •

CHILE: GABRIEL BORIC LIDERA

O candidato de esquerda recebeu o apoio de mais de 100 prefeitos chilenos e está oito pontos à frente do ultradireitista José Antonio Kast, de acordo com as pesquisas eleitorais

As pesquisas para as eleições presidenciais do Chile, que acontecem em 19 de dezembro, indicam que o candidato de esquerda Gabriel Boric tem 54% dos votos, enquanto o candidato de extrema direita, José Antonio Kast, está com 46% das intenções de voto. Os dois candidatos confirmaram participação no programa que o ex-candidato Franco Parisi transmite nas redes sociais. Boric recebeu na última semana o apoio de mais de 100 prefeitos de todo o país e 400 membros de congregações religiosas que, por sua vez, destacaram que “não é possível olhar a realidade do balcão da neutralidade”.

De acordo com a consultoria Critería, os dados mais recentes da pesquisa colocam o candidato do Aprovecho Dignidade 8 pontos à frente do pinochetista José Kast. Uma pesquisa da Pulso Ciudadano indica que Boric deve obter os votos dos ex-candidatos de esquerda e centro-esquerda, assim como os votos do eleitorado que preferia o candidato Franco Parisi, que no primeiro turno chegou em terceiro lugar com 12,8%.

Boric continua a obter apoios importantes à sua candidatura presidencial. Na quinta-feira, 2, um grupo de 110 prefeitos anunciou o apoio ao candidato. “Estamos em um momento crucial para nosso país. Vivemos uma crise institucional, uma pandemia e décadas de desigualdade, que atingiu duramente milhões de chilenos. Se as mudanças não forem feitas

Martin Bernetti/AFP



BORIC NA FRENTE Candidato da esquerda obteve o apoio de 100 prefeitos e religiosos na última semana e corre na frente das pesquisas eleitorais

com responsabilidade, a crise que vivemos hoje será continuar a se estender”, apontam os prefeitos em carta endossando o apoio.

Segundo o jornal El Mostrador, a carta foi assinada por Claudia Pizarro (La Pintana), Claudio Castro (Renca), Irací Hassler (Santiago), Jorge Sharp (Valparaíso), Daniel Jadue (Recoleta), Emilia Ríos (Ñuñoa), Macarena Ripamonti (Viña del Mar) e Roberto Neira (Temuco). “Como prefeitos e prefeitas conhecemos o verdadeiro Chile. Vivemos sua diversidade, do mar à cordilheira, da área rural à urbana. Visitamos nossos bairros e cidades todos os dias, testemunhando, com dor, a enorme desigualdade territorial que existe em nosso país”. Na carta, os prefeitos observam que esses territórios se tornaram “zonas de sacrifício”, devido à “ambiçãõ de poucos e

a omissãõ do Estado”. “Viver bem deve ser um direito para todos, não o privilégio de algumas comunas”, diz a carta.

“Hoje temos a convicção de que, com Gabriel Boric, construiremos um novo Chile com dignidade. Avançaremos com seu futuro governo na construção do país descentralizado pelo qual tanto lutamos, de mãos dadas com um novo país e a legítima e democrática Constituição”, escrevem os prefeitos na carta.

O candidato também recebeu o apoio de mais de 400 membros de movimentos religiosos e congregações, principalmente católicas, que expressaram seu apoio. Em uma carta intitulada “Eles não vão roubar nossa esperança”, os manifestantes expressaram seu apoio ao candidato da esquerda. •

7 de dezembro de 1941

JAPÃO BOMBARDEIA PEARL HARBOR

Aviões japoneses atacam de surpresa a base naval norte-americana de Pearl Harbor, no Havaí, sem prévia advertência ou declaração de guerra. O ataque destrói ou danifica ao menos 21 navios e 347 aviões e deixa cerca de 2.400 mortos e 1.200 feridos.

O ataque era esperado. Em 27 de setembro de 1940, o Japão havia assinado aquilo que ficaria conhecido como o Pacto Tripartite, com a Alemanha e a Itália. A partir de então esses países formaram o Eixo, com o objetivo de conquistar territórios militarmente e destruir o comunismo soviético.

O ataque japonês foi avassalador, e o presidente Franklin Roosevelt foi informado minutos depois. No dia seguinte, o país declararia guerra ao Japão. Rapidamente, receberia o apoio do Canadá, que também entraria na guerra.

No Brasil, Getúlio emitiu nota oficial, declarando solidariedade aos Estados Unidos. Roosevelt agradeceu e pediu-lhe autorização para enviar, a cada uma das bases militares nordestinas – Recife, Natal e Belém –, cinquenta técnicos, pois o Pacífico estava interdito pelos japoneses, e os norte-americanos precisariam parar em Natal para reabastecer suas aeronaves antes de atravessar o Atlântico. Na verdade, porém, não eram técnicos, eram fuzileiros navais, o que causou desconforto nos meios militares brasileiros.



4 de dezembro de 1987

PT APRESENTA A CANDIDATURA DE LULA

“Pela primeira vez um trabalhador disputará a Presidência da República. Um trabalhador que representa a luta de milhões de oprimidos na cidade e no campo”. Assim, após o 5º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), Lula era apresentado como candidato da legenda a Presidência da República. José Sarney (PMDB) era o presidente do Brasil.

Lula chamou a militância à luta, disse que só teria chance de vitória se cada militante fosse também um candidato em campanha. “A gente vai mostrar como é que o PT quer resolver o problema da dívida externa.

Vamos mostrar que não se brinca com 140 milhões de pessoas. Vamos mostrar que se distribui renda é taxando o lucro”, discursou.

“Vamos mostrar que, com o PT no governo, banqueiro não bate o pé nem dá murro na mesa. Vamos ocupar cada espaço para dizer que socialismo não é bicho-papão. Este será o momento de mostrar que a gente pode tirar o país do lamaçal em que se encontra”, afirmou.

Nas eleições presidenciais de 1989, Fernando Collor (PRN) foi eleito após a disputa contra Lula no segundo turno – 53,03% a 46,97% dos votos válidos.

Outras datas históricas

05/12/1911: Nasce Carlos Marighella

06/12/1998: Hugo Chaves eleito presidente na Venezuela

07/12/1952: Nasce o historiador Nicolau Sevcenko

07/12/1995: Fundação do Partido da Causa Operária (PCO).

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Os textos remetem a um calendário de eventos e personalidades da esquerda que é colaborativo e está em constante atualização.

Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

Visite o memorialdademocracia.com.br



8 de dezembro de 1991

URSS ACABA E A GUERRA FRIA CHEGA AO FIM

Rússia, Ucrânia e Bielorrússia anunciam a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), criada em 1922 como resultado da Revolução Bolchevique de 1917. Com o fim da URSS, desmonta-se a experiência do socialismo real iniciado em 1989 com a queda do Muro de Berlim. Termina também a Guerra Fria, que opunha o bloco socialista ao Ocidente liderado pelos Estados Unidos.

O colapso da URSS teve início em 1985 com a posse do presidente Mikhail Gorbachev, que propôs medidas para enfrentar a crise do regime. A política batizada de "perestroika" determinou

alterações profundas na estrutura do sistema econômico. A "glasnost" realizou mudanças para mitigar o poder do Estado e ampliar as liberdades individuais e coletivas.

O governo soviético não conseguiu, porém, conter as reformas nos limites planejados. Em pouco tempo, o mundo assistiu à queda de praticamente todos os governos socialistas do Leste Europeu.

A nova Rússia começou a caminhar com reformas econômicas e terapia de choque: em 2 de janeiro os russos acordaram com um aumento substancial dos preços. A inflação ultrapassou 300% naquele ano.

7 de dezembro de 2003

12ª CONFERÊNCIA DE SAÚDE REVIGORA O SUS

Com o lema "Saúde: um direito de todos e dever do Estado. A saúde que temos, o SUS que queremos", a 12ª Conferência Nacional

de Saúde é realizada em Brasília entre os dias 7 e 11 de dezembro. Buscando produzir orientações para o novo Plano Nacional de Saúde, a conferência foi antecipada para o primeiro ano da nova gestão federal.

Pela primeira vez, foram realizadas conferências prévias em todos

6 de dezembro de 2007

MUTIRÃO PARA EMITIR CERTIDÕES

O governo Lula lança o Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica. Os mutirões para emissão de certidões de nascimento e de documentação básica são realizados na sua maioria em áreas rurais, beneficiando sobretudo comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas. Mais de 2 mil mutirões para emissão de certidões de nascimento e de documentação básica seriam realizados até 2014 no Nordeste e na Amazônia Legal, as duas regiões com os maiores índices de indivíduos não registrados.

Dados de 2003 estimavam que o índice de sub-registro no Brasil atingia 18,9% da população. Eram brasileiros e brasileiras que, sem documentos de identificação, não tinham garantido o acesso a direitos básicos de cidadania. O índice recuaria para 8,2% em 2009. Ainda segundo dados do IBGE, a proporção de bebês não registrados nos cartórios brasileiros caiu de 17,6% em 2004 para 1% em 2014.

os estados e em 3.640 municípios para envolver a sociedade no debate e embasar as discussões do evento nacional.

A 1ª Conferência Nacional de Saúde ocorreu em 1940. Nos governos Lula, foram realizadas 74 das 115 conferências dos diversos setores ocorridas no país até 2010.



A HISTÓRIA NÃO ESQUECEU

João Cândido, o Almirante Negro, foi o grande líder que mostrou à Marinha que os direitos humanos são maiores que a hierarquia e a disciplina militares. Eis a saga dos marinheiros negros que mostraram com a Revolta da Chibata que a história se faz com resistência e bravura

Álvaro Pereira do Nascimento

Glória a todas as lutas inglórias, que através da nossa história, não esquecemos jamais!" Essa estrofe de



Aldir Blanc e João Bosco é um ato de resistência e uma vibrante homenagem à saga dos marinheiros negros na Revolta da Chibata.

Foi um protesto em meio à ditadura civil-militar, na qual censores obrigaram os compositores a quebrarem a cabeça em "busca da inspiração". Burlar censores e censoras moralistas não era matéria para qualquer um naqueles tempos. Enfim, haja inspiração.

Aprovada pela censura após muita criatividade dos seus compositores, "O Mestre Sala dos Mares" tornou-se sucesso na voz de Elis Regina, e a dupla Blanc-Bosco finalmente conseguiu exaltar a figura do "bravo feiticeiro" João Cândido Felisberto, sem poder citar seu nome. Ele é o maior líder de uma revolta pela justiça e por direitos humanos no Brasil dos séculos 20 e 21.

Nesse longo tempo, poderosas figuras públicas de cor branca, civis e militares, fizeram de tudo para silenciar a saga dos marinheiros. Até um sequestro. Quando Blanc e Bosco versaram que "a História não esqueceu" a revolta também estavam homenageando as vozes potentes, que não deixaram apagar os passos de João Cândido e seus camaradas.

Edmar Morel era um deles. Incomodava-o saber que João Cândido havia sido perseguido por oficiais da Marinha logo após ser desligado daquela força armada. Por ser um grande timoneiro, não lhe faltava emprego em navios civis. E chegou a conseguir embarcar em alguns. Mas logo oficiais pressionavam o contratante a demiti-lo. Aquietaram-se quando João Cândido

avistava o mar sem singrá-lo: descarregava e comerciava peixes na Praça 15, no Rio. Uma tortura para quem dizia: "o mar é meu amigo".

Apparício Torelly, o Barão de Itararé, era famosíssimo por seu tirocínio e respostas rápidas e

criativas. Mas em 1934 mexeu com quem não devia. Pelas páginas do "Jornal do Povo" decidiu publicar matérias sobre a história da revolta, já que o movimento completaria 25 anos, em 1935.

Em 19 de outubro de 1934, Torelly foi sequestrado por oficiais da Marinha encapuzados e sem fardas. Ordenaram-lhe que assumisse o "compromisso de retirar o 'Jornal do Povo' e o folhetim sobre a revolta dos marinheiros de 1910" de circulação. Negando-se veementemente a ceder, seus sequestradores passaram a ameaçá-lo de morte, espancaram-no, cortaram seus cabelos e deixaram-no "despojado de tudo que possuía, num local deserto para os lados de Jacarepaguá".

Foi um escândalo. Mas os sequestradores nunca foram encontrados. O jornalista se sentiu desprotegido para prosseguir com a série de matérias no jornal e, com seu jeito sarcástico, pendurou em sua porta a placa "Entre sem bater".

Pulando para o Golpe de 1964, a democracia foi ofendida por um grupo de oficiais-militares, unidos a civis conservadores e a capitalistas estrangeiros e nacionais. Foi neste momento que perseguiram o jornalista Edmar Morel, cassando seus direitos democráticos e o emprego. Ele havia escrito a biografia mais famosa e poderosa sobre João Cândido Felisberto.

O livro tornou-se fonte de inspiração para diferentes segmentos sociais logo após ser lançado, em 1958. João Cândido foi aplaudido, homenageado em diferentes locais: reportagens, matérias, pro-

postas de filmes, enredo de escolas de samba, letra de música, peças de teatro.... Não à toa, Morel comeu o pão que o diabo amassou.

O mais recente posicionamento da Marinha foi junto à Comissão de Educação do Senado. O líder da Revolta da Chibata, João Cândido Felisberto, foi indicado para o Livro de Heróis da Pátria. A Marinha enviou uma nota aos senadores reprovando o projeto. Argumentou que os marinheiros não haviam esgotado "outras formas de persuasão e convencimento", além de quebrarem a hierarquia e a disciplina militares. Daí, a Marinha não reconhecer "o heroísmo das ações daquele movimento e o considera uma rebelião".

Tais argumentos são frágeis e revelam o quanto estes signatários "de cima" desconhecem ou não querem conhecer as realidades e as demandas dos "de baixo". O fato é que detestam o marinheiro negro, ventre livre, de formação rudimentar, que por seu tirocínio comandou centenas de colegas das maiores embarcações da Marinha de Guerra por quatro dias, ameaçando a capital de bombardeio caso as reivindicações não fossem atendidas. Reivindicações que dialogam com as bases dos direitos humanos e sociais. Eram homens negros castigados fisicamente com chibata, semelhante aos sofridos por escravos, mesmo passados 22 anos do 13 de Maio de 1888.

João Cândido foi o grande líder que mostrou aos oficiais da Marinha o bê-á-bá da coisa. Direitos humanos são maiores que a hierarquia e a disciplina militares, ainda mais quando acobertam injustiças. Por isso. Ele é e será o Almirante Negro. Os incomodados que abram em breve o Livro dos Heróis Nacionais da Pátria e vejam a marinha contemplada naquelas páginas por mais um homem, o marinheiro negro João Cândido Felisberto. •

Doutor em História pela Unicamp, é professor da UFRuralRJ e autor de livros e artigos sobre a Revolta da Chibata.

MÚSICA

HÉLOA

NOVAS VOZES

BACO EXU DO BLUES

No Novembro Negro, uma lista de dez artistas que precisam ser descobertos e ouvidos urgentemente. São intérpretes, criadoras e criadores de canções da melhor tradição ou renovação da MPB

Bia Abramo

O Novembro Negro, mês de luta antirracista, marcado pelo Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro, com manifestações em todo o Brasil, foi incluído no calendário escolar brasileiro em 2003, mas foi só em 2011 que a ex-presidenta Dilma Rousseff instituiu a data como o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra.

A música brasileira tem sido desde sempre uma das expressões mais importantes e vigorosas da virtual impossibilidade de pensar a cultura brasileira sem honrar essa enorme contribuição. Há que se dizer que o que aqui se chama de encontro não quer dizer inexistência de conflitos, antes o contrário. Só para ficar em dois exemplos, o samba, um dos símbolos associados quase que automaticamente ao Brasil era perseguido no início do século 20 como música de malandro, associada à pobreza e à marginalidade, e indutora de danças e comportamentos lascivos. O rap e o funk, músicas contemporâneas das periferias negras das grandes cidades, são consideradas caso de polícia – pela polícia, naturalmente.

Apesar das trevas institucionais do governo federal há muita resistência, luta e beleza para celebrar. Nesses 21 meses de pandemia, com shows e turnês suspensos pelos protocolos sanitários, cantores, compositores, músicos e performers tiveram de lançar mão da criatividade para explorar as plataformas digitais e as redes para sobreviver concreta e artisticamente.

Passados os dias de luta e manifestações, Focus Brasil se-

leccionou dez representantes da música negra e afrodescendente brasileira que devem ser descobertos ou redescobertos. São músicos, cantores e instrumentistas que se viraram nos trinta e dois meses de pandemia para continuar produzindo e fazendo da música brasileira esse festival de diversidade e lindeza.

BACO EXU DO BLUES

Em 2020, Baco Exu do Blues gravou aquela que é provavelmente a melhor letra sobre a pandemia no Brasil, “Amo Cardi B e Odeio o Bozo”: “Trabalhadores na rua/ O papa é pop, quarentena é pop/ Cardi B fez mais que o presidente/ Porra, amo o hip-hop/ É, 'cê ouviu errado não, falei isso memo”.

Nascido em Salvador, Baco faz um rap dolente, com muita influência de blues e de pontos de candomblé (seu primeiro álbum solo, de 2017, chama-se “Esú”). O último lançamento é “Não Tem Bacanal na Quarentena” (2020), mas em 2021 Baco criou o selo 999, para lançar novos nomes da periferia de Salvador.



DRIK BARBOSA

Com 29 anos, a rapper da Zona Sul de São Paulo começou a se apresentar com 15 anos na Bata-

Iha do Santa Cruz, local de encontro de MCs e DJs de onde saíram Emicida, Rashid, entre outros. O primeiro álbum solo veio em 2019, “Drik Barbosa” (Laboratório Fantasma), que teria uma turnê europeia cancelada pela pandemia. Seu último single é “Calma, Respira”, em parceria com Péricles, transita pelo samba e pelo rap.

Fotos: Divulgação



GISELLE COUTO

Mineira, formada em música pela Universidade Federal de Ouro Preto, começou como intérprete de compositores clássicos do samba e do choro, como Pixinguinha, Noel Rosa, Cartola, Paulinho da Viola e Paulo César Pinheiro. De 2016 em diante, arriscou voz em composições próprias em dois álbuns, “Giselle Couto” (2016) e “Natureza” (2020). Dona de uma voz potente e suingada, Giselle percorre os muitos sotaques dos sambas que habitam o Brasil em canções arrebatadoras como “Paixão É Maré” e “Pede Pra Sair”.

HÉLOA

De Aracaju vem essa artista multiplataforma com uma música que combina as tradições afro-indígenas do Sergipe com uma rigorosa formação em canto lírico. “Opará”, seu último disco, é todo dedica-

do ao Rio São Francisco (Opará é o nome que a etnia Kariri-Xocó dá ao rio e também de uma orixá associada aos rios e cachoeiras). Com cliques criativos e voz potente, Héloa desponta como uma performer inovadora e original.



JOSYARA

A potência de Josyara reside no violão percussivo e na pesquisa do samba-de-roda. Natural de Juazeiro, ela envereda pelos caminhos mais experimentais da nova música baiana, juntando a riquíssima tradição do samba do Recôncavo Baiano ao samba-reggae, ao rap e à eletrônica. No álbum "Mansa Fúria" (2018), composições como "Rota de Colisão" evidenciam o violão original de Josyara, mas singles mais recentes, como "Cidade do Amor" e "Afetou-me" (2021), aparece essa sonoridade mais contemporânea e inovadora.

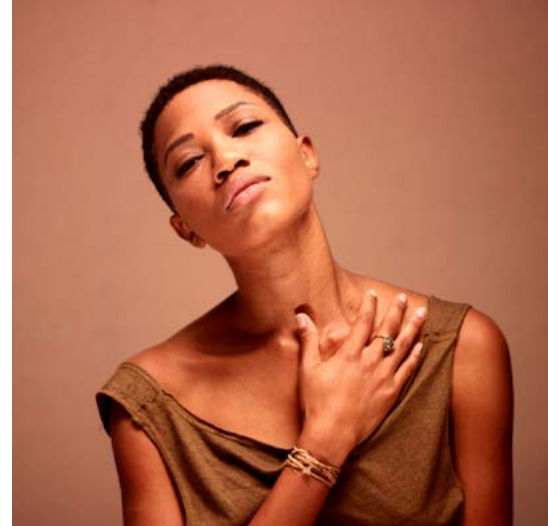
LINN DA QUEBRADA

"Bicha, trans, preta e periférica. Nem ator, nem atriz, atroz. Performer e terrorista de gênero". É assim que se define essa artista de várias linguagens nascida na Zona Leste de São Paulo. Linn circula com desenvoltura na língua franca do rap e do hip hop com letras provocativas e de combate: "A minha pele preta é meu manto de coragem/ Impulsiona o movimento/ Envaidece a viadagem/

Vai desce, desce, desce, desce/ Desce a viadagem!", em "Bixa Preta". Em 2021, lançou "Trava Línguas", com a produtora e DJ BADSISTA e a percussionista Dominique Vieira.

LUDMILLA

A "Rainha da Favela" que veio da cena do funk da Baixada Fluminense tornou-se a primeira negra latina a atingir 1 bilhão de ouvintes na plataforma de streaming Spotify e foi indicada ao Euripe Music Awards ano passado. De voz potente, a menina que despontou nos bailes se apresentando como MC Beyoncé, inspirada pela cantora norte-americana de R&B, hoje é uma das principais representantes do funk feito por mulheres, do empoderamento feminino e das lutas LGBTQIA+. Em julho deste ano, lançou o EP "Lud Sessions feat Glória Groove", cuja versão no Youtube ultrapassa os 30 milhões de visualizações.



LUEDJI LUNA

A inconfundível voz de Luedji Luna mostra com clareza de onde vem suas principais influências na MPB: Milton Nascimento, Luiz Melodia e Djavan. A baiana Luedji chegou a se formar em Direito, mas abandonou a profissão para estudar canto e se apresentar na cena bares do Rio Vermelho dos início dos anos 2000. Com acento jazzístico, Luedji gravou seus dois álbuns de estúdio já em São Paulo, pela produtora YB!, "Um Corpo no Mundo" (2017) e "Bom Mesmo É Estar Debaixo d'Água" (2020).

Fotos: Divulgação



LINN DA QUEBRADA



YOÚN



MBÉ

“Rocinha”, o primeiro trabalho de Mbé, nascido Luan Corrêa consiste em 23 minutos de colagens, samples, falas, ruídos e cantos agônicos com influências do free jazz, cantos indígenas do Xingu e tambores do candomblé mineiro, entre outros. Nascido Luan Correa, criado na Rocinha que dá nome ao seu trabalho que é como uma paisagem sonora de uma das maiores favelas do Rio de Janeiro,

esse carioca de 25 anos traz uma música radical, ativista (intelectuais feministas negras como Lélia Gonzalez e Maria Beatriz Nascimento comparecem nas faixas de “Rocinha”) e cheia de singularidades.

YOÚN

Também da Baixada Fluminense, Alisson e GP começaram cantando gospel na igreja evangélica, mas iniciaram a dupla se



LUDMILLA

apresentando como artistas de “trem”, entre as linhas Nova Iguaçu e a Central do Brasil, a famosa conexão Japeri. Com som mais intimista, influenciado pelo jazz e pelo soul, a dupla tem uma pegada romântica que, por vezes lembra Claudinho & Buchecha, em clipes bem produzidos e que exploram, inclusive, as diferenças (simbólicas) da música negra americana e da brasileira (como no clipe “Nova York”, de 2019). •



Os Beatles de volta!

Meio século depois de chegarem ao fim, os Fab Four ressurgem em documentário espetacular de Peter Jackson. O filme permite vislumbrar como os quatro músicos mais famosos do mundo operavam milagres em um estúdio de gravação em 1969

Olímpio Cruz Neto

Quando Paul McCartney anunciou o fim dos Beatles ao mundo, em 10 de abril de 1970, John Lennon e George Harrison já não davam nada pelo quarteto mais importante da história da música do século 20. A banda vinha de desencontros musicais e os interesses dos quatro roqueiros, que cresceram aos olhos do mundo como amigos inseparáveis nos anos 60, já não eram os mesmos.

O canto do cisne seria o álbum *Let it Be*, lançado em 8 de maio, duas semanas depois de chegar ao público o álbum solo de Paul: *McCartney*. A manobra do baixista deixou Lennon furioso, porque havia a expectativa em torno do último álbum do quarteto, eclipsado pela jogada de marketing do seu parceiro.

O fim da banda foi o enterro dos sonhos engendrados pela juventude dos anos 60. A ressaca que seriam os 70 jogaram a magia da era das revoltas juvenis na dureza da vida adulta sem emprego ou escapismos. Do verão do amor

em 1967 só restavam as lembranças na Londres, fria e dura, do sorriso de Margareth Thatcher.

O enterro dos Beatles foi horrível e está documentado no filme *Let it Be*, que mostra os garotos de Liverpool distantes e insensíveis, desentendendo-se por qualquer coisa. Paul McCartney é retratado como mandão, enquanto Lennon e Harrison parece enfasiados do convívio brutalizado no estúdio de Twickenham, captados por Michael Lindsay-Hogg. O filme foi lançado em maio de 1970.

Pois foram necessários 50 anos para que os fãs dos Fab Four voltassem no tempo para entender de verdade o que se passava com a banda mais talentosa do rock. O documentário *Get Back*, disponível no serviço de streaming Disney+, reconta a história.

O diretor Peter Jackson mostra em quase nove horas de filme, dividido em três capítulos, os momentos da banda em janeiro de 1969. A ideia era lançar o filme em todos os cinemas do mundo no ano passado, mas a pandemia mudou tudo. O que se tem agora é um documentário que captura a magia dos Beatles em estúdio e o

processo de desenvolvimento da banda, inclusive seu desgaste.

Get Back é um documentário à altura dos Beatles e de seu tempo e traz os quatro artistas no processo de criação de canções, algumas emblemáticas – “Get Back”, “I Me Mine” e “Gimme Some Truth”, brindando a audiência com a possibilidade de se ver dentro do estúdio com os quatro. Ainda traz momentos especiais, como o desenrolar do processo de gravação e apresentação do show do quinteto – a presença de Billy Preston serviu para dissipar o azedume registrado no começo do projeto –, no topo dos estúdios da Apple, em Saville Row.

Mais do que tudo, *Get Back* mostra a banda em toda sua intimidade e revela que, apesar do desgaste musical, o grupo tinha uma química inacreditável, em que um simples olhar ou sorriso entre os quatro era capaz de levar o ouvinte a um lugar distinto. O documentário é um presente aos fãs dos Beatles, mas, principalmente, aos doces e rebeldes anos 60. O tempo em que a música parecia ser a chave para mudar o mundo. •

Venício A. de Lima

PAULO FREIRE

A prática da
liberdade,
para além da
alfabetização

O livro está disponível no site
da Fundação Perseu Abramo
fpabramo.org.br

autêntica



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



BRASIL: CINCO ANOS DE GOLPE E DESTRUIÇÃO

SANDRA BRANDÃO | (ORG.)

APRESENTAÇÃO | DILMA ROUSSEFF

PREFÁCIO | ALOIZIO MERCADANTE

O livro está disponível no site
da Fundação Perseu Abramo
fpabramo.org.br

